



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA
OUVIDORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO/DEPEN

**RELATÓRIO DE INSPEÇÃO EM ESTABELECEMENTOS PENAIS DO ESTADO DE
PERNAMBUCO ^{1 2 3}**

PERÍODO: 30 e 31 de março de 2015

CNPCP: Conselheiros (as) MARIANA LOBO BOTELHO DE ALBUQUERQUE e LUIZ ANTÔNIO SILVA BRESSANE e Analista Técnico-Administrativo JEFFERSON ALVES LOPES

Ouvidoria do Sistema Penitenciário/DEPEN: Sociólogo NAUM PEREIRA DE SOUSA

¹ Com base no Modelo de Relatório Padrão aprovado no âmbito do **Acordo de Cooperação Nº 17/2011 - Melhoria do Sistema Penitenciário**, para uso do Ministério da Justiça, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

² Considerando que a Vara de Execução Penal (VEP), o Ministério Público (MP) e o Conselho da Comunidade (CC) têm determinação legal de visita mensal aos estabelecimentos penais, foram classificados os capítulos conforme a necessidade de inspeção ponderando os aspectos cíclicos e perenes. O Conselho Penitenciário, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Defensoria Pública e Ouvidoria do Sistema Penitenciário que realizam inspeções anuais deverão preencher todos os itens.

³ No que tange à inspeção anual da VEP, MP e CC, sugere-se que seja convencionado o mês de março e que a inspeção semestral seja no mês de setembro. Importante mencionar que esses órgãos devem registrar nas inspeções mensais alterações observadas em aspectos que são semestrais ou anuais, mas que no mês corrente excepcionalmente sofreram mudanças.

SUMÁRIO:

Item	Página
1. Introdução	03
2. Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros – PJALLB	04
3. Presídio Frei Damião de Bozzano – PFDB	21
4. Presídio de Igarassu – PI	37
5. Reunião com órgãos da execução penal, autoridades e convidados	55
6. Considerações e Recomendações	
7. Anexos	

1. Introdução

O presente relatório discorre sobre a visita de inspeção conjunta realizada em 03 estabelecimentos penais de Pernambuco, situados nas cidades de Recife e Igarassu, e apresenta um relato da reunião realizada com órgãos da execução penal do estado e convidados. Há, ainda, recomendações a serem adotadas visando a garantia dos direitos humanos e o aprimoramento do sistema penal pernambucano, tendo como parâmetro as normas de execução penal vigentes, os programas adotados pelo DEPEN, a política criminal e penitenciária recomendada pelo CNPCP e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A inspeção ocorreu no dia 30 de março de 2015 e foi realizada nas seguintes unidades prisionais: 1ª - Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros (PJALLB); 2ª - Presídio Frei Damiano de Bozzano; e 3ª - Presídio de Igarassu (PI).

As visitas foram realizadas com o conhecimento prévio das autoridades públicas locais, com o acompanhamento de representantes da Defensoria Pública (DPPE), Ministério Público (MPPE) e Conselho Penitenciário do Estado de Pernambuco (COPEN/PE). Aproveitamos para agradecer à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos pela estrutura logística dispensada à equipe durante os 02 dias que ficamos no estado. E, em especial, ao motorista Josué, servidor da Secretaria.

Participaram da inspeção, em todos os estabelecimentos penais, as seguintes autoridades: Carla Deveille-Fontinha, magistrada francesa em serviço na Embaixada da França no Brasil; Marianna Granja e Joanna Malheiros, defensoras públicas do Estado de Pernambuco (DPPE); Viviane Souza, assessora de Comunicação da DPPE; Jorge Neves, presidente do Conselho Penitenciário de Pernambuco; e Marcellus Ugiette, promotor de Justiça (MPPE). Também acompanharam a inspeção, em todas as unidades, agentes penitenciários do Grupo de Operações de Segurança (GOS).

Segue, abaixo, a estrutura organizacional do sistema prisional do estado de Pernambuco:

1 – Estrutura Organizacional		ANUAL
1.1 Esfera	<input checked="" type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Federal	
1.2 Secretaria da pasta	<input checked="" type="checkbox"/> Própria (<u>Secretaria Executiva de Ressocialização - SERES</u>) <input type="checkbox"/> Subsecretaria <input type="checkbox"/> Diretoria/Departamento <input type="checkbox"/> Superintendência <input type="checkbox"/> Instituto / Agência <input type="checkbox"/> Outro: Obs.: <u>A SERES encontra-se vinculada à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH).</u>	
1.3 Unidade do MP / Defensoria:		
1.4 Tribunal:	TJ/PE	
1.5 Grau de Jurisdição:	1º	
1.6 Comarca:	Recife e Igarassu	
1.7 Há Escola Penitenciária?	<input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim	
1.8 Há Ouvidoria Estadual do Sistema Prisional?	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Obs.: <u>A Ouvidoria existente é vinculada à SJDH e, portanto, não atende apenas o sistema prisional.</u>	
1.9 Há Corregedoria Estadual	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	

do Sistema Prisional?	Obs.: <u>A Corregedoria não está vinculada à SERES, mas à segurança pública.</u>	
1.10 Há Plano de Carreira?	<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Todos servidores penitenciários <input checked="" type="checkbox"/> Agentes Penitenciários <input type="checkbox"/> Outro:
1.11 Há Plano Estadual de Educação do Sistema Penitenciário?	<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Sim

2. Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros – PJALLB

A equipe foi recepcionada pelo gerente da unidade, José Sidney de Souza, que acompanhou a inspeção junto com o Cel. Clinton Dias, superintendente de segurança da SERES, Taciana Costa, psicóloga da SERES, e Sheila Eurides Mattos, enfermeira da SERES.

2 – Identificação do Estabelecimento		ANUAL
2.1 Estabelecimento:	Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros	
2.2 Apelido da unidade:	PJALLB	
2.2.1 Endereço:	Av. Liberdade, s/n – Sancho, CEP: 50920-310	
2.2.2 Cidade/UF:	Recife/PE	
2.3	<input type="checkbox"/> Penitenciária <input checked="" type="checkbox"/> Cadeia Pública / Presídio <input type="checkbox"/> Colônias agrícolas, industriais ou similares <input type="checkbox"/> Centro de Observação Criminológica <input type="checkbox"/> Hospital de Custódia <input type="checkbox"/> Casa de Albergado	
2.4	<input checked="" type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	

3 – Administração		SEMESTRAL
3.1 Gestão	<input checked="" type="checkbox"/> Pública <input type="checkbox"/> Terceirização de serviços complementares (alimentação, limpeza, lavanderia) <input type="checkbox"/> Terceirização da equipe técnica e administrativa <input type="checkbox"/> Terceirização da equipe de segurança <input type="checkbox"/> Método APAC	
3.2 Responsável pelo estabelecimento:	José Sidnei de Souza – Agente Penitenciário	
3.3 Cargo:	Gerente	
3.4 Formação Profissional	<input checked="" type="checkbox"/> Direito <input type="checkbox"/> Ciências Sociais <input type="checkbox"/> Psicologia <input type="checkbox"/> Pedagogia <input type="checkbox"/> Administração <input type="checkbox"/> Serviço Social <input type="checkbox"/> Outra:	
3.5 Responsável pela segurança:	Ildson Santos de Arruda	
3.6 Cargo:	Supervisor de Segurança	
3.7 Formação Profissional:	Gestão Ambiental	
3.8 Quantidade de computadores:	<input type="checkbox"/> 1 a 3 <input type="checkbox"/> 4 a 6 <input type="checkbox"/> 7 a 9 <input type="checkbox"/> 10 a 12 <input type="checkbox"/> 13 a 15 <input checked="" type="checkbox"/> > 15	
3.9 Acesso à Internet	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
3.10 Alimenta o INFOPEN	<input type="checkbox"/> Integralmente <input type="checkbox"/> Parcialmente <input checked="" type="checkbox"/> Não alimenta <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Trimestral <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual <input type="checkbox"/> Outro:	

3.11 Regulamento interno da unidade/Estado	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	3.12 Regulamento disciplinar penitenciário da unidade/Estado	<input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim
--	--	--	--

4 – Características do Estabelecimento SEMESTRAL

4.1 Capacidade total:	1.195		
4.1.2 Lotação total:	3.112		
4.2 Capacidade Mulheres:	4.3 Capacidade homens:	4.4 Capacidade LGBT:	
4.2.1 Lotação Mulheres:	4.3.1 Lotação homens:	4.4.1 Lotação LGBT:	
<input type="checkbox"/> Condenada <input type="checkbox"/> Provisória	<input checked="" type="checkbox"/> Condenado <input checked="" type="checkbox"/> Provisório	<input type="checkbox"/> Condenada/o <input type="checkbox"/> Provisória/o	<input checked="" type="checkbox"/> não
4.5 Há alas separadas para diferentes regimes?		<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
4.6 Há alas separadas para presos provisórios e condenados?		<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
4.7 Há alas separadas para idosos?		<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
4.8 Há alas separadas para mulheres, se for o caso?		<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
4.9 Há alas separadas para pessoas em medida de segurança?		<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
4.10 Há alas separadas para LGBT?		<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
4.11 Há local especial para cumprimento de seguro/custódia diferenciada?		<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
4.12 Há acessibilidade para pessoas com deficiência?		<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
4.13 Há celas metálicas?		<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não

4.14 Programa de necessidades por tipo de estabelecimento penal ⁴	Estabelecimento penal						
	Penitenciaría	Colônia ⁶	Cadeia pública ⁷	COC ⁸	Casa do Albergado	HCTP ⁹	
Assinale na tabela:	Módulos⁵						
Ausência (A)							
Inconforme (I)			I				
Conforme (C)			I				
Observações:	Administração		I				
	Recepção/Revista		I				
	Centro observação / triagem / Inclusão		I				
	Tratamento Penal		I				
	Vivência coletiva		I				
	Vivência individual		I				
	Serviços		I				
	Saúde		I				
	Tratamento para dependentes químicos		A				
	Oficina de trabalho						
	Educativo		I				
	Polivalente		A				
	Creche						
Berçário			A				

⁴ Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

⁵ Legenda: Existência obrigatória Existência facultativa Não é necessário

⁶ Colônia agrícola, industrial ou similar.

⁷ Presídio ou estabelecimento congênere.

⁸ Centro de observação criminológica.

⁹ Considerando a Política de Saúde Mental brasileira e suas normativas, os serviços de atendimento ao paciente judiciário serão prestados em meio aberto, sendo que os HCTPs devem ser substituídos por outras estruturas. No entanto, considerando a sua existência no momento, acrescentamos essa coluna no formulário que originalmente não consta da Resolução.

	Visita íntima			A		
	Esportes					
4.15 Número de celas individuais	Homens: 0	Mulheres: 0				
4.15.1 Lotação celas individuais	Homens:	Mulheres:				
4.15.2 Dimensão	_____ m X _____ m	_____ m X _____ m				
4.16 Número de celas coletivas	Homens: 198	Mulheres: 0				
4.16.1 Capacidade média das celas coletivas	Homens: variável	Mulheres: 0				
4.16.2 Lotação média das celas coletivas	Homens: variável	Mulheres: 0				
4.16.3 Dimensão	variável m X _____ m	0 m X 0 m				
4.17 Permeabilidade do solo (áreas sem pavimentação)	<input type="checkbox"/> 1 a 3% <input type="checkbox"/> 3 a 5% <input type="checkbox"/> 5 a 10% <input checked="" type="checkbox"/> > 10%					
4.18 Ventilação cruzada geral	<input type="checkbox"/> insuficiente <input type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> excessiva Obs.: <u>Depende do pavilhão.</u>					
4.19 Ventilação cruzada nas celas	<input checked="" type="checkbox"/> insuficiente <input type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> excessiva					
4.20 Iluminação natural nas celas	<input type="checkbox"/> inexistente <input type="checkbox"/> existente Obs.: <u>depende do pavilhão.</u>					
4.21 Incidência de sol nas celas	<input checked="" type="checkbox"/> insuficiente <input type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> excessiva					
4.22 Programa de combate a incêndio	<input type="checkbox"/> inexistente <input checked="" type="checkbox"/> existente Obs.: <u>precário.</u>					
4.23 Extintores de incêndio	<input checked="" type="checkbox"/> insuficiente <input type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> sem condições de uso <input type="checkbox"/> em condições de uso					
4.24 Construído ou ampliado com subvenção de recursos federais?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	4.25 Reformado com subvenção de recursos federais?			<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
4.26 Indicativos da atuação de facções no estabelecimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim Quais: <u>Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV).</u> <input type="checkbox"/> não					

5 – Características das Pessoas Presas		MENSAL
5.1 Há pessoas com deficiência?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.2 Há pessoas com mais de 60 anos presas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.3 Há indígenas presos?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.4 Há notificação para Funai quanto ao ingresso do indígena?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
5.5 Há estrangeiros presos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: 02
5.6 Há adolescentes internados no local?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.9 Há pessoas presas com transtorno mental?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: 03
5.10 Há pessoas presas em tratamento para dependência química?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.11 Há pessoas presas com Diabetes?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.12 Há pessoas presas com Hipertensão?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:

5.13 Há pessoas presas com HIV?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.14 Há pessoas presas com Hepatite?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.15 Há pessoas presas com Tuberculose?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.16 Há pessoas presas com Hanseníase?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.17 Há pessoas presas em RDD?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
Obs.: o diretor não soube informar a quantidade dizendo que o servidor responsável pelas informações supras estava de licença paternidade.		

7 – Características dos Funcionários em Exercício no Estabelecimento SEMESTRAL	
7.1 Total de RH na área de segurança:	101
7.2 Total de RH na área administrativa:	25
7.3 Total de RH na área técnica:	22
7.4 Total Geral:	148
7.5 Advogados / Defensores Públicos alocados na unidade	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 10 <input checked="" type="checkbox"/> Defensoria Pública <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Outra forma de contratação: <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input checked="" type="checkbox"/> Diária
7.6 Auxiliares de Enfermagem	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 02 <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input checked="" type="checkbox"/> Diária
7.7 Assistentes Sociais	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 06 <input type="checkbox"/> SUAS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input checked="" type="checkbox"/> Diária
7.8 Dentistas	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 01 <input type="checkbox"/> SUS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input checked="" type="checkbox"/> Diária
7.9 Enfermeiros	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 03 <input type="checkbox"/> SUS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input checked="" type="checkbox"/> Diária
7.10 Médicos – Clínico Geral	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 02 <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input checked="" type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.11 Médicos – Psiquiatras	<input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim Quantidade: <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.13 Pedagogos	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 01 <input checked="" type="checkbox"/> Secretaria de Educação <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.14 Psicólogos	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 03 <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> SUAS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input checked="" type="checkbox"/> Diária
7.15 Terapeutas Ocupacionais	<input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim Quantidade: <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.16 Outros: Educador Físico	Quantidade: 01 <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.17 Agentes Prisionais	<input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 18 mulheres e 105 homens <input type="checkbox"/> não

7.18 Escala de trabalho:	24 x 72 (plantonistas) e 8h/dia (administrativo)
7.19 Há utilização de uniforme?	<input checked="" type="checkbox"/> sim Com identificação pessoal: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não
7.20 Quais os tipos de cursos ocorrem para o treinamento dos agentes? <input checked="" type="checkbox"/> Curso de Formação <input checked="" type="checkbox"/> Cursos Especiais	<input checked="" type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
Entidade Executora:	<u>Escola Penitenciária de Pernambuco (EPPE).</u>

8 – Condições Materiais		SEMESTRAL
8.1 Há camas e colchões para todos os presos?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.2 Há distribuição de uniformes?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.3 Há distribuição de calçados?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.4 Há distribuição de roupas de cama?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.5 Há distribuição de toalhas?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.6 Periodicidade de substituição do material entregue:		
8.7 Há distribuição de artigos de higiene pessoal?	<input type="checkbox"/> sim Quais:	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.8 Há distribuição de artigos de limpeza?	<input type="checkbox"/> sim Quais:	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.11 Há local destinado à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela administração? Descrever como é feito o pagamento, controle de preços e destino da receita:	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.12 Descrever a mobília que compõe as celas:	<u>Varia de pavilhão para pavilhão.</u>	
8.13 Há sanitário e lavatório em todas as celas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.14 Caso não haja instalações sanitárias na cela, como é garantido o acesso aos banheiros externos?		
8.15 É garantido o acesso ao banheiro no período noturno?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.16 Número de pessoas por vaso sanitário	<u>Variado, dependendo do pavilhão e cela.</u>	
8.17 É garantido a qualquer momento o uso da descarga do vaso sanitário?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.18 Há privacidade para uso das instalações sanitárias?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.19 Número de pessoas por chuveiro	<u>Variado, dependendo do pavilhão e cela.</u>	
8.20 É garantido o banho diário?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.21 A água é aquecida?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.22 É fornecida água potável?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.23 A água é racionada?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.23.1 Qual a frequência e duração oferecida?	Obs.: <u>04 (quatro) vezes ao dia (há poços artesianos).</u>	
8.24 Problemas visíveis nas instalações:	<input checked="" type="checkbox"/> hidráulico <input checked="" type="checkbox"/> elétrica <input checked="" type="checkbox"/> edificação <input type="checkbox"/> outros:	

9 – Alimentação		SEMESTRAL
9.1 A alimentação é preparada na própria unidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
9.2 Em caso negativo, de onde provém e qual o custo diário da alimentação por preso?		
9.3 O cardápio é orientado por nutricionista?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
9.4 Qual a quantidade de alimentação fornecida no almoço e janta à pessoa presa (peso)?		
9.5 N.º de refeições diárias: 03	9.6 Horários das refeições: 06h, 11h e 17h30	9.7 Onde as refeições são realizadas? <input checked="" type="checkbox"/> celas <input type="checkbox"/> refeitório <input type="checkbox"/> outro:
9.8 Há controle de qualidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Qual: <u>Acompanhamento realizado pela nutricionista.</u> <input type="checkbox"/> não
9.9 Descrever o controle:		
9.10 As refeições são	<input checked="" type="checkbox"/> padronizadas <input checked="" type="checkbox"/> adaptadas por motivos de: <input checked="" type="checkbox"/> saúde <input type="checkbox"/> religiosos <input type="checkbox"/> outros	
9.11 Os presos deslocados para audiências e outras atividades externas recebem alimentação e água potável quando saem e quando retornam, independentemente do horário?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
9.12 Há outras formas de fornecimento de alimentos?	<input checked="" type="checkbox"/> família <input checked="" type="checkbox"/> compra <input type="checkbox"/> outro: Obs.: <u>há venda de produtos alimentícios dentro da unidade controlada pelos próprios presos.</u>	

10 – Rotina padrão		SEMESTRAL
10.1 Tempo diário dentro da cela: <u>Os presos ficam no pavilhão e retornam à cela para dormir.</u>		
10.2 Tempo de pátio de sol: 2h Frequência: diária	10.3 Tempo de visita: 9h Frequência: semanal	
10.4 Tempo de atividades educacionais: Frequência: segunda a sexta	10.5 Tempo de atividades laborais: 6h Frequência: segunda a sexta	
10.6 Tempo de atividades religiosas: semanal Frequência:	10.7 Tempo de visita íntima: 9h (<u>realizada durante a visita social</u>) Frequência: semanal	
10.8 Tempo de atividades esportivas: 2h Frequência: diária	10.8 Tempo das atividades culturais: não há Frequência:	
10.9 Há programa individualizado para o cumprimento da pena?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não

11 – Assistência à Saúde		SEMESTRAL
11.1 Existe unidade básica de saúde do SUS?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
11.2 Está integrado à Rede Cegonha do SUS?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
11.3 Há distribuição de preservativos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Frequência: semanal
11.4 Há acesso às medicações definidas pelo SUS para farmácias de unidades prisionais?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.5 Há acesso às medicações prescritas que não estão no pacote SUS?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
11.6 Há exames e consultas de ingresso?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
11.8 Há vacinação regular? Se sim, quais vacinas são oferecidas?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
11.9 As pessoas presas têm acesso a médico particular, caso haja a contratação deste profissional por seus familiares?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.10 As pessoas presas têm acesso aos exames médicos necessários?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.11 Quais trabalhos são realizados para prevenção ou controle de doenças infecto-contagiosas?	<u>Palestras com as técnicas do Setor Psicossocial.</u>	
11.12 Há ambulância na unidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.13 Para que estabelecimentos da rede de saúde as pessoas presas tem acesso, quando necessário?	<input type="checkbox"/> Unidade Básica de Saúde – UBS <input checked="" type="checkbox"/> Unidade de Pronto Atendimento – UPA <input checked="" type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS <input type="checkbox"/> Outro:	

12.1 Programa de necessidades do módulo de saúde por tipo de estabelecimento penal¹⁰

Assinale na tabela:
Ausência (A)
Inconforme (I)
Conforme (C)

Observações: A sala de coleta de material para laboratório e o consultório médico estavam em reforma. Já o sanitário para equipe de saúde não estava sendo usado por suas condições precárias.

PROGRAMA DISCRIMINADO ¹¹	Proporção	Estabelecimentos Penais				
		P ¹²	CP	COL	COC	HCTP ¹³
Sala de recepção e espera	Até 100 presos (10h/sem)		I			
Sala de acolhimento multiprofissional			A			
Sala de atendimento clínico multiprofissional			I			
Consultório de atendimento ginecológico com sanitário ¹⁴			-			
Estoque			A			
Dispensação de medicamentos e estoque			C			
Cela enfermaria com solário ¹⁵			I			
Sanitário para pacientes			-			
Consultório de atendimento odontológico		De 101 a 300 presos		I		
Sala multiuso			A			
Sala de procedimentos			A			
Laboratório de diagnóstico ¹⁶	De 301 a 700 presos		A			
Sala de coleta de material para laboratório			A			
Sala de Raio X	De 701 a 1000 presos (40h/semana)		A			
Cela de espera			A			
Consultório Médico			A			
Sala de curativos, suturas e Posto de Enfermagem			A			
Cela de Observação (02 leitos)			A			
Central de material esterilizado / expurgo			A			
Rouparia			A			
Depósito de Material de Limpeza			A			
Sanitários para equipe de saúde			I			

¹⁰ Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

¹¹ Legenda: Existência obrigatória Não é necessário

¹² Legenda: P - Penitenciária; CP - Cadeia Pública ou estabelecimento congênere; COL – Colônia Agrícola, Industrial ou silimar; COC – Centro de Observação Criminológico; HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

¹³ Conforme nota de rodapé 8.

¹⁴ Em caso de unidades femininas.

¹⁵ Dimensionado para 0,5% da capacidade da Unidade.

¹⁶ O laboratório de diagnóstico e a sala de Raio X compõem o serviço de diagnóstico, prevenção e tratamento de Tuberculose, HIV e imunização contra doenças, sendo obrigatórios nas unidades planejadas para serem a porta de

13 – Assistência Jurídica		SEMESTRAL
13.1 As pessoas presas sem condições financeiras é proporcionada assistência jurídica gratuita e permanente?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
13.2 Em caso positivo, por quem é prestada a assistência?	Defensoria Pública e Assessores Jurídicos da unidade.	
13.3 A Funai presta assistência jurídica aos presos/internos indígenas?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
13.4 Onde é realizado o contato entre a pessoa presa e o advogado?	Obs.: Não há presos indígenas Sala da Defensoria e Parlatório.	
13.5 A Defensoria Pública do Estado comparece com regularidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
13.6 Direitos concedidos	Periodicidade: 04 (quatro) vezes por semana.	
a. Saídas temporárias	00/ mês	
b. Livramento condicional	18/ mês	
c. Progressões	83/ mês	
d. Indulto	00/ ano	

14 – Assistência Laboral		SEMESTRAL					
14.1 Há oficinas de trabalho?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Quantidade: 02					
14.2 Quantas das oficinas são administradas pelo estabelecimento?	<input type="checkbox"/> não	Total: 02 (duas)					
14.3 Quantas das oficinas são administradas em parceria com a iniciativa privada?		Total: 0					
14.4 Atividade	Quantidade de Envolvidos		Envolvidos Remunerados		Envolvidos Não-Remunerados		
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	
a. Cozinha	-	52	-	-	-	-	
b. Limpeza	-	39	-	-	-	-	
c. Serviços Administrativos	-	-	-	-	-	-	
d. Oficinas de trabalho	-	06	-	-	-	-	
e. Biblioteca	-	-	-	-	-	-	
f. Fábrica	-	-	-	-	-	-	
g. Agricultura	-	-	-	-	-	-	
h. Artesanato	-	-	-	-	-	-	
i. Pecuária	-	-	-	-	-	-	
j. Outros: 63	Especificar: Saúde, escola, mensageiros, representantes de pavilhões e faxineiros.						
14.4.1 Remuneração	Mulher			Homem			
a. Cozinha	-			2/3 do salário mínimo			
b. Limpeza	-			2/3 do salário mínimo			
c. Serviços Administrativos	-			-			
d. Oficinas de trabalho	-			2/3 do salário mínimo			
e. Biblioteca	-			-			
f. Fábrica	-			-			
g. Agricultura	-			-			
h. Artesanato	-			-			
i. Pecuária	-			-			
j. Outros	-			-			

entrada do sistema prisional de um estado ou região (quando houver essa centralização). É facultado no caso de estabelecimento penal que faz parte de um conjunto prisional que já possua esse serviço ou que seja atendido por um serviço de diagnóstico que dê cobertura a várias unidades prisionais de uma região geográfica.

14.5 Total de presos ou internos com permissão para trabalho externo:	0
14.6 Há avaliação das aptidões e capacidades do preso para sua alocação em determinado trabalho? Em caso positivo, como essa avaliação é realizada?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <u>O setor de segurança realiza a triagem inicial e passa para o setor de assistência social, o qual faz a avaliação do preso.</u>
14.7 Há avaliação e estímulo ao crescimento profissional que permita a qualificação ou diversificação do trabalho? Em caso positivo, descreva.	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não

15 – Assistência Educacionais/Desportivas/Culturais e de Lazer		SEMESTRAL																																									
15.1 Programa de necessidades do módulo de educação por tipo de estabelecimento penal ¹⁷ Assinale na tabela: Ausência (A) Inconforme (I) Conforme (C) Observações: <u>São 06 salas de aula: 04 internas e duas externas; estas são climatizadas.</u>	<table border="1"> <thead> <tr> <th>PROGRAMA DISCRIMINADO¹⁸</th> <th>P¹⁹</th> <th>CP</th> <th>COL</th> <th>COC</th> <th>HCTP²⁰</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Biblioteca</td> <td></td> <td>I</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Sala de aula²¹</td> <td></td> <td>C</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Instalação sanitária (pessoa presa)</td> <td></td> <td>C</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Sala de professores</td> <td></td> <td>A</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Sala de informática</td> <td></td> <td>A</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Sala de encontros com a sociedade²²</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	PROGRAMA DISCRIMINADO ¹⁸	P ¹⁹	CP	COL	COC	HCTP ²⁰	Biblioteca		I				Sala de aula ²¹		C				Instalação sanitária (pessoa presa)		C				Sala de professores		A				Sala de informática		A				Sala de encontros com a sociedade ²²					
PROGRAMA DISCRIMINADO ¹⁸	P ¹⁹	CP	COL	COC	HCTP ²⁰																																						
Biblioteca		I																																									
Sala de aula ²¹		C																																									
Instalação sanitária (pessoa presa)		C																																									
Sala de professores		A																																									
Sala de informática		A																																									
Sala de encontros com a sociedade ²²																																											
15.2 Indique nas atividades o número de presos envolvidos: 51 alfabetização 231 ensino fundamental 72 ensino médio 0 profissionalizante _____ outros: Especificar: _____																																											

¹⁷ Parâmetros estabelecidos na Resolução CNPCP 09/2011 – Arquitetura Penal

¹⁸ Legenda: Existência obrigatória Não é necessário

¹⁹ Legenda: P - Penitenciária; CP - Cadeia Pública ou estabelecimento congênere; COL – Colônia Agrícola, Industrial ou similar; COC – Centro de Observação Criminológico; HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

²⁰ Conforme nota de rodapé 8.

²¹ Quantidade dimensionada para atender a 100% dos presos em 03 turnos. Capacidade de até 30 alunos.

²² Obrigatório em unidades com capacidade de mais de 100 pessoas presas.

15.3 Os cursos são ministrados por:	
<input type="checkbox"/> Professores do Sistema Penitenciário Estadual	
<input checked="" type="checkbox"/> Professores da Secretaria Estadual de Educação	
<input type="checkbox"/> Professores da Secretaria Municipal de Educação	
<input type="checkbox"/> Presos monitores	
<input type="checkbox"/> Voluntários	
<input type="checkbox"/> Outros professores:	
Especificar: _____	
15.4 Há atividades esportivas?	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quais: <u>futebol, vôlei, capoeira</u> Onde: <u>Pátio</u>
15.5 Há atividades culturais/lazer?	<input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim Quais: Onde:
15.6 Se há biblioteca, como funciona o acesso das pessoas presas aos livros:	<u>Só os presos que estudam têm acesso aos livros.</u>

16 – Assistência Religiosa		SEMESTRAL
16.1 Há visita de religiosos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
16.2 Quais denominações visitam o estabelecimento?	<input checked="" type="checkbox"/> Espíritas <input checked="" type="checkbox"/> Evangélicos <input type="checkbox"/> Outra:	<input checked="" type="checkbox"/> Católicos <input type="checkbox"/> de Matriz Africana
16.3 Onde são realizadas as cerimônias religiosas?	<u>Em locais próprios e pátio da unidade.</u>	
16.4 É permitida a entrada de objetos que fazem parte da cerimônia?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não Obs.: <u>desde que não comprometa a segurança.</u>
16.5 As necessidades religiosas são consideradas com relação às vestimentas, horários e rotinas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não

17 – Assistência Social		SEMESTRAL
17.1 Há recintos adequados para a atividade de assistência social?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não Obs.: <u>A sala de Assistência Social está em reforma. O atendimento é realizado na mesma sala em que atendem os psicólogos.</u>
17.2 Ações de assistência social desenvolvidas:		
Contato com familiares	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Documentos	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Benefícios da Previdência Social	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Ações com os egressos	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Ações com o SUAS	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Projetos, se sim, quais:	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não

18 – Segurança		SEMESTRAL
18.1 A segurança interna é realizada por:		
<input type="checkbox"/> policiais civis	<input type="checkbox"/> policiais militares	<input checked="" type="checkbox"/> agentes penitenciários
<input type="checkbox"/> terceiros	<input type="checkbox"/> outros:	

18.2 Equipamentos disponibilizados pelos responsáveis pela segurança interna:		
Arma menos letal (bala de borracha)	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Arma letal	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Taser	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Gás de pimenta / lacrimogênio	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Cassetete / Tonfa	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Algemas	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Rádio	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Alarme	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Circuito de vigilância interna	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Outro:	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
18.3 No caso de uso de arma de fogo:		
Os usuários têm porte de armas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
É garantido treinamento periódico?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
18.4 No caso de emprego de arma de fogo?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
18.5 No caso de uso de arma tipo Taser os registros de descarga do equipamento são identificados por servidor?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
18.6 A segurança externa é realizada por:		
<input type="checkbox"/> policiais civis	<input checked="" type="checkbox"/> policiais militares	<input type="checkbox"/> agentes penitenciários
<input type="checkbox"/> terceiros	<input type="checkbox"/> outros:	
18.7 A escolta externa é realizada por:		
<input type="checkbox"/> policiais civis	<input type="checkbox"/> policiais militares	<input checked="" type="checkbox"/> agentes penitenciários
<input type="checkbox"/> terceiros	<input type="checkbox"/> outros:	
18.8 Há escolta externa específica para área de saúde:		
<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não	
18.9 Existe grupo de intervenção especial vinculado à unidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
18.10 Caso exista, quem são os envolvidos:		
<input type="checkbox"/> policiais civis	<input type="checkbox"/> policiais militares	<input type="checkbox"/> agentes penitenciários
<input type="checkbox"/> terceiros	<input type="checkbox"/> outros:	
18.11 Equipamentos disponibilizados para o controle da entrada:		
Portal detector de metal	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Raquete detectora de metal	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Banco detector de metal	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Raio X	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Espectômetro	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Boddy Scanner	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Outro:		

19 – Disciplina e ocorrências		MENSAL
19.1 Há registro de imposição de sanção disciplinar aos presos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.2 Qual a forma adotada para o registro?	<input type="checkbox"/> Livro <input checked="" type="checkbox"/> Procedimento Eletrônico <input type="checkbox"/> Outro	<input type="checkbox"/> PAD
19.3 No registro da sanção de natureza grave é anotado o prévio procedimento disciplinar?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.4 Há sanção disciplinar de natureza grave sem instauração do respectivo procedimento?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.5 Toda notícia de falta disciplinar enseja a instauração de procedimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.6 A falta disciplinar é reconhecida judicialmente?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.7 São executadas sanções coletivas?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não

19.8 É observado o direito de defesa do preso?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Se sim, em qual fase?	<input checked="" type="checkbox"/> fase administrativa	<input type="checkbox"/> fase judicial
19.9 O ato administrativo que determina a aplicação da sanção disciplinar é motivado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.10 Quais as condições da cela usada para aplicação de sanção disciplinar?		
19.11 Qual o maior período aplicado de isolamento?	<input type="checkbox"/> 10 dias <input checked="" type="checkbox"/> 30 dias	<input type="checkbox"/> 20 dias <input type="checkbox"/> outro:
19.12 Qual o tempo médio de rebaixamento de comportamento ou reabilitação por falta grave?		
19.13 Qual o número de sanções por falta grave (mês)?	200	
19.14 Houve motins ou rebeliões nos últimos 12 meses?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.15 Ocorrências nos últimos 12 meses:	Mulheres	Homens
19.16 Fugas (pessoas)	-	0
19.17 Pessoas evadidas	-	0
19.18 Saídas temporárias (pessoas)	-	0
19.19 Mortes naturais	-	01
19.20 Mortes por homicídio	-	03
19.21 Mortes acidentais	-	0
19.22 Mortes por suicídio	-	0
19.23 Incidentes com funcionários (pessoas)	-	0

20 – Visitas		SEMESTRAL
20.1 A visita social ocorre regularmente?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	frequência: semanal
20.2 Quantas pessoas podem ser cadastradas por preso para realizarem a visita?	<input type="checkbox"/> 1 ou 2 <input checked="" type="checkbox"/> 5 ou 6 <input type="checkbox"/> 8 ou mais	<input type="checkbox"/> 3 ou 4 <input type="checkbox"/> 6 ou 7
20.3 Quantas pessoas podem realizar a visita por vez?	<input type="checkbox"/> 1 ou 2 <input checked="" type="checkbox"/> 5 ou 6 <input type="checkbox"/> 9 ou mais	<input type="checkbox"/> 3 ou 4 <input type="checkbox"/> 7 ou 8
20.4 Qual o local que ocorre a visita social:	<input checked="" type="checkbox"/> pátio de visita <input checked="" type="checkbox"/> celas	<input checked="" type="checkbox"/> pátio do banho de sol <input type="checkbox"/> outro:
20.5 Há local específico para visita de crianças?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
20.6 Há permissão para visitas íntimas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	frequência: semanal (mesmo dia da visita social)
20.7 Há permissão para visitas íntimas homoafetivas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
20.8 Qual o local que ocorre a visita íntima?	<input type="checkbox"/> módulo de visita íntima <input type="checkbox"/> pátio do banho de sol <input checked="" type="checkbox"/> celas	<input type="checkbox"/> outro:
20.9 Quais os procedimentos de revista dos visitantes?	<input checked="" type="checkbox"/> mecânica (detector de metais, raquetes, banco, espectômetro) <input type="checkbox"/> manual sem desnudamento <input type="checkbox"/> com desnudamento <input type="checkbox"/> outro:	
20.10 É permitida a visita de menores de 18 anos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não

21 – Relato das pessoas presas ou de funcionários		MENSAL
21.1 Há reclamações sobre quais aspectos:	<input type="checkbox"/> Instalações <input checked="" type="checkbox"/> Assistência Jurídica <input checked="" type="checkbox"/> Assistência Saúde <input type="checkbox"/> Assistência Educacional	

	<input type="checkbox"/> Assistência social <input type="checkbox"/> Atividades Esportivas <input type="checkbox"/> Lazer <input type="checkbox"/> Visita <input type="checkbox"/> Maus tratos ou tortura <input checked="" type="checkbox"/> Outros: falta de assistência material	
21.2 No caso de maus tratos ou tortura, há indícios dos fatos relatados?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Ferimentos no corpo <input type="checkbox"/> Marcas de projéteis nas celas ou outros ambientes <input type="checkbox"/> Relatos idênticos em diferentes alas <input type="checkbox"/> Nas datas dos eventos houve cancelamento de visita, entrada de grupos especiais de intervenção, transferência de presos, movimentações noturnas ou outra situação atípica <input type="checkbox"/> Locais característicos como ambiente de castigo (sem colchão, sem sanitário, sem iluminação, sem ventilação, sujos, com insetos, entre outros aspectos) <input type="checkbox"/> Uso de bala clava (capuz) <input type="checkbox"/> Outros: 	
21.3 Quais providências foram tomadas para apurar os fatos até o momento?	<input type="checkbox"/> Exame de corpo de delito <input type="checkbox"/> Denúncia formalizada ao Juiz ou Ministério Público <input type="checkbox"/> Inquérito <input type="checkbox"/> Instauração de procedimento administrativo <input type="checkbox"/> Outro:	
21.4 Quais providências serão tomadas para apurar os fatos a partir de agora?	<input type="checkbox"/> Exame de corpo de delito <input type="checkbox"/> Denúncia formalizada ao Juiz ou Ministério Público <input type="checkbox"/> Inquérito <input type="checkbox"/> Instauração de procedimento administrativo <input type="checkbox"/> Outro:	
21.5 Há orientação no estabelecimento quanto à forma de acessar:	<input type="checkbox"/> Ouvidoria <input type="checkbox"/> Corregedoria <input type="checkbox"/> Disque 100 <input type="checkbox"/> Outro:	<input type="checkbox"/> Conselho da Comunidade <input type="checkbox"/> Conselho Penitenciário <input type="checkbox"/> Comissão de DH da OAB
21.6 Outras informações:		

22 – Diversos

SEMESTRAL

22.1 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre o funcionamento do estabelecimento?

sim não

22.2 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre direitos e deveres do preso?

sim não

22.3 Quando se aproxima a liberdade há algum trabalho realizado para preparação do preso?	<input type="checkbox"/> sim Freqüência: _____ <input checked="" type="checkbox"/> não
22.4 É permitida a entrada de jornais e revistas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
22.5 Como funciona o envio e recebimento de correspondências?	Envio por familiares e recebimento via Correios.
22.6 As pessoas presas têm acesso a telefone público?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
22.7 Há alistamento, transferência e revisão eleitoral de presos provisórios?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Motivo:	Parceria com o TER.
22.8 É permitido o uso de:	
a. Rádio/Aparelho de Som	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
b. TV	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
c. Vídeo/DVD	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
d. Geladeira	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
e. Fogão/Fogareiro/Mergulhão/Rabo Quente	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
f. Ventilador	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
g. Outros:	
22.9 Há organizações não governamentais atuando no estabelecimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
22.10 Se existe, em quais áreas:	<input type="checkbox"/> gestão <input type="checkbox"/> educação <input type="checkbox"/> saúde <input checked="" type="checkbox"/> assistência social <input type="checkbox"/> trabalho <input checked="" type="checkbox"/> religiosa <input type="checkbox"/> comunicação <input checked="" type="checkbox"/> cidadania <input type="checkbox"/> reciclagem <input type="checkbox"/> manutenção <input type="checkbox"/> Outras:
Qual a freqüência:	<input type="checkbox"/> diária <input checked="" type="checkbox"/> semanal <input type="checkbox"/> quinzenal <input type="checkbox"/> mensal <input type="checkbox"/> esporádico <input type="checkbox"/> outro:
22.11 Como é tratado o lixo produzido no estabelecimento?	<input type="checkbox"/> separado <input type="checkbox"/> reciclado <input type="checkbox"/> não é recolhido <input checked="" type="checkbox"/> coleta municipal <input type="checkbox"/> outro:

23 – Inspeções		MENSAL
23.1 O estabelecimento é inspecionado regularmente por:		
a. Juiz Corregedor	<input checked="" type="checkbox"/> sim Freqüência: semanal <input type="checkbox"/> não	
b. Juiz de Execução	<input checked="" type="checkbox"/> sim Freqüência: semanal <input type="checkbox"/> não	Obs.: o juiz de execução e o juiz corregedor é Luiz Rocha.
c. Ministério Público	<input checked="" type="checkbox"/> sim Freqüência: mensal <input type="checkbox"/> não	
d. Defensor Público	<input checked="" type="checkbox"/> sim Freqüência: semanal <input type="checkbox"/> não	
e. Conselho Penitenciário	<input type="checkbox"/> sim Freqüência: _____ <input checked="" type="checkbox"/> não	
f. Conselho da Comunidade	<input type="checkbox"/> sim Freqüência: _____ <input checked="" type="checkbox"/> não	
g. Conselho Estadual de Direitos Humanos ou Comitê Estadual de Combate à Tortura	<input checked="" type="checkbox"/> sim Freqüência: semanal <input type="checkbox"/> não	
c. Comissão de Direitos Humanos da OAB	<input type="checkbox"/> sim Freqüência: _____ <input checked="" type="checkbox"/> não	
h. Pastoral Carcerária	<input checked="" type="checkbox"/> sim Freqüência: semanal <input type="checkbox"/> não	
i. Outros: Serviço Ecumênico de Militância nas Prisões (SEMPRI)		

24 – Valoração sobre os itens inspecionados**SEMESTRAL**

Item avaliado	Ótimo 10-9	Bom 8-7	Regular 6-4	Ruim 3-0	Não avaliado
24.1. Estrutura predial			X (administração)	X (pavilhões)	
24.2 Manutenção					
24.3 Limpeza				X	
24.4 Ventilação das celas				X	
24.5 Iluminação das celas				X	
24.6 Insolação das celas				X	
24.7 Cozinha			X		
24.8 Refeitório					
24.9 Assistência à saúde			X		
24.10 Assistência à educação		X			
24.11 Assistência jurídica		X			
24.12 Assistência social					X (estava em reforma)
24.13 Atividades laborais					
24.14 Cella para isolamento/seguro				X	
24.15 Cella de sanção disciplinar				X	
24.16 Local de visita social					
24.17 Local de visita íntima					Não há
24.18 Pátio de sol		X			
24.19 Alojamento dos agentes					
24.20 Segurança					
24.21 Procedimentos da unidade				X	

25 – Conclusão**SEMESTRAL**

25.1 Irregularidades encontradas com base na Lei n.º 7.210/84 (Lei de Execução Penal - LEP), Constituição Federal/88, Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), Resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, Lei n.º 9.455/97 (Crimes de Tortura), Lei 10.172/2011 - Plano Nacional de Educação, e Portaria Interministerial - Saúde e Justiça - n.º 1.777/2003.

X	Ocupação total superior à capacidade da unidade (art. 85 da LEP)
X	N.º de presos por cela superior ao n.º definido em lei (art. 88 da LEP)
X	Presença de pessoas com idade acima de 60 anos junto aos demais presos (art. 82, § 1º da LEP)
X	Irregularidade na distribuição dos presos nas celas, com presença de presos provisórios junto a presos condenados e presos primários com reincidentes (art. 84, § 1º da LEP, art. 7º da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
X	Falta de programa individualizador da pena privativa de liberdade (art. 6º da LEP)
-	Existência de pessoas presas por medida de segurança cumprindo pena junto aos demais presos (anexo da Resolução n.º 05/2004 do CNPCP, e art.

	4º, Resolução nº 12/2009 do CNPCP)
-	Presença de adolescentes no estabelecimento (arts. 123 e 185 do ECA);
-	Presença de mulheres em ambientes de homens (art. 82, § 1º da LEP)
-	Presença de agentes do sexo masculino nas dependências internas dos estabelecimentos penais femininos (art. 83 § 3º da LEP)
-	Inexistência de berçário para crianças nas unidades prisionais femininas (art. 83 § 2º da LEP, e art. 10, Resolução nº 4/2009 do CNPCP)
-	Ausência de seção para gestante e parturiente nos estabelecimentos penais femininos (art. 89 da LEP)
-	Ausência de creche para abrigar crianças entre 06 meses e 7 anos nos estabelecimentos penais femininos (art. 89 da LEP)
X	Ausência ou número insuficiente de camas individuais (art. 8º, § 2º da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
X	Condições precárias de higiene e limpeza das celas (art. 9º da Resolução n.º 14/94 CNPCP)
-	Falta de cardápio alimentar orientado por nutricionistas (art. 13 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
-	N.º de refeições por dia inadequado às necessidades dos presos (art. 13 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
-	Roupas fornecidas pelo estabelecimento impróprias às condições climáticas (art. 12, caput, da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
-	Roupas sujas e/ou em mau estado de conservação (art. 12, § 2º da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
X	Inexistência de local para aquisição de produtos permitidos para higiene pessoal, mas não fornecidos pela administração (art. 13 da LEP)
-	Inexistência de sanitário na própria cela (art. 88, caput, da LEP)
-	Falta de assistência jurídica regular aos presos carentes (arts. 15, 16 e 41, VII da LEP)
-	Ausência de instalação destinada à Defensoria Pública (art. 83 § 5º da LEP)
X	Inexistência de local destinado a atividades de estágio para universitários (art. 83, § 1º da LEP)
-	Inexistência de curso de alfabetização (art. 40, p. un. da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
-	Inexistência de educação de ensino fundamental (art. 18 da LEP, meta 17 da Lei 10.172/2001)
X	Inexistência de educação de ensino profissional (art. 19 da LEP, meta 17 da Lei 10.172/2001)
-	Ausência de biblioteca (art. 21 da LEP)
-	Não oferecimento de atividade física e/ou recreação (art. 23, IV e art. 41, V e VI da LEP, art. 14 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
-	Ausência de sala de aula para cursos básico e profissionalizante (art. 83 § 4º da LEP)
-	Falta de serviço de assistência social (arts. 22 e 41, VII da LEP)
-	Inexistência de cursos de qualificação para o servidor penitenciário (art. 77, § 1º da LEP e art. 49 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
	Ausência de equipe de saúde própria nas unidades com mais de 100 presos (art. 8º da Portaria Interministerial - Saúde e Justiça - n.º 1.777, de 09/09/2003)
	Não disponibilização dos medicamentos básicos do SUS (art. 8º, § 4º da Portaria Interministerial - Saúde e Justiça - n.º 1.777/2003)
X	Nº de agentes penitenciários inferior ao recomendado: 5 presos por agente penitenciário, no mínimo (art. 1º, Resolução nº 09/2009 do CNPCP)
X	Ausência de profissionais da equipe técnica ou nº insuficiente abaixo do recomendado (art. 2º, Resolução nº 09/2009 do CNPCP)
	Inexistência de audiência especial com o diretor do estabelecimento (art. 41, XIII da LEP)
-	Falta de concessão de banho de sol regular aos presos (art. 14 da

	Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
-	Proibição da utilização dos meios de informação (art. 41, XV da LEP)
-	Proibição da utilização de correspondência escrita externa (art. 41, XV da LEP);
	Falta de tratamento nominal dos presos (art. 41, XI da LEP e art. 4º da Resolução n.º14/94 do CNPCP);
X	Inexistência de local específico para guarda de objetos pessoais dos presos (art. 45, §§ 1º e 2 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP);
-	Impedimento de visita íntima para relações homoafetivas (art. 2º, Resolução nº 04/2011 do CNPCP)
	Inexistência de Comissão Técnica de Classificação dos Condenados (art. 6º da LEP)
	Deficiência na composição da Comissão Técnica (art. 7º da LEP)
	Condições inadequadas de realização de trabalho: Trabalho não remunerado (arts. 29 e 41, II da LEP); Jornada reduzida ou ampliada (art. 33 da LEP); Tipo de trabalho incompatível com a condição de idoso, doente ou pessoa com deficiência (art. 32, §§ 2º e 3º da LEP); Inexistência de trabalho voltado para a reinserção social do condenado (art. 23, V da LEP);
	Indícios de ocorrência de atos tipificados como tortura (Lei 9.455/97)

3. Presídio Frei Damião de Bozzano – PFDB

A equipe foi recepcionada pelo chefe de segurança da unidade, Marcos Antônio Siqueira, que acompanhou a inspeção, junto com o Cel. Clinton Dias, superintendente de segurança da SERES, e Lucia Gominho, assessora da SERES.

2 – Identificação do Estabelecimento		ANUAL
2.1 Estabelecimento:	Presídio Frei Damião de Bozzano	
2.2 Apelido da unidade:	PFDB	
2.2.1 Endereço:	Rua Orfeu do Carnaval, s/n, Sancho, CEP: 50920-690	
2.2.2 Cidade/UF:	Recife/PE	
2.3	<input type="checkbox"/> Penitenciária <input checked="" type="checkbox"/> Cadeia Pública / Presídio <input type="checkbox"/> Colônias agrícolas, industriais ou similares <input type="checkbox"/> Centro de Observação Criminológica <input type="checkbox"/> Hospital de Custódia <input type="checkbox"/> Casa de Albergado	
2.4	<input checked="" type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	

3 – Administração		SEMESTRAL
3.1 Gestão	<input checked="" type="checkbox"/> Pública <input type="checkbox"/> Terceirização de serviços complementares (alimentação, limpeza, lavanderia) <input type="checkbox"/> Terceirização da equipe técnica e administrativa <input type="checkbox"/> Terceirização da equipe de segurança <input type="checkbox"/> Método APAC	
3.2 Responsável pelo estabelecimento:	Robson Fernando Vasconcelos	
3.3 Cargo:	Gerente – Agente de segurança penitenciário	
3.4 Formação	<input type="checkbox"/> Direito <input type="checkbox"/> Ciências Sociais <input type="checkbox"/> Psicologia <input checked="" type="checkbox"/> Pedagogia	

Profissional	<input type="checkbox"/> Administração <input type="checkbox"/> Serviço Social <input type="checkbox"/> Outra:
3.5 Responsável pela segurança:	<u>Marcos Antônio Siqueira</u>
3.6 Cargo:	<u>Agente de segurança penitenciário</u>
3.7 Formação Profissional:	<u>Direito</u>
3.8 Quantidade de computadores:	<input type="checkbox"/> 1 a 3 <input type="checkbox"/> 4 a 6 <input type="checkbox"/> 7 a 9 <input checked="" type="checkbox"/> 10 a 12 <input type="checkbox"/> 13 a 15 <input type="checkbox"/> > 15
3.9 Acesso à Internet	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
3.10 Alimenta o INFOPEN	<input type="checkbox"/> Integralmente <input type="checkbox"/> Parcialmente <input checked="" type="checkbox"/> Não alimenta <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Trimestral <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual <input type="checkbox"/> Outro:
3.11 Regulamento interno da unidade/Estado	<input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim
3.12 Regulamento disciplinar penitenciário da unidade/Estado	<input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim

4 – Características do Estabelecimento SEMESTRAL

4.1 Capacidade total:	454	
4.1.2 Lotação total:	1.811	
4.2 Capacidade Mulheres:	4.3 Capacidade homens: 454	4.4 Capacidade LGBT:
4.2.1 Lotação Mulheres:	4.3.1 Lotação homens: 1.811	4.4.1 Lotação LGBT:
<input type="checkbox"/> Condenada <input type="checkbox"/> Provisória <input checked="" type="checkbox"/> Condenado <input type="checkbox"/> Provisório		<input type="checkbox"/> Condenada/o <input type="checkbox"/> Provisória/o
4.5 Há alas separadas para diferentes regimes?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
4.6 Há alas separadas para presos provisórios e condenados?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
4.7 Há alas separadas para idosos?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
4.8 Há alas separadas para mulheres, se for o caso?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
4.9 Há alas separadas para pessoas em medida de segurança?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
4.10 Há alas separadas para LGBT?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
4.11 Há local especial para cumprimento de seguro/custódia diferenciada?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
4.12 Há acessibilidade para pessoas com deficiência?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
4.13 Há celas metálicas?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	

4.14 Programa de necessidades por tipo de estabelecimento penal ²³	Estabelecimento penal	Penitenciaría	Colônia ²⁵	Cadeia pública ²⁶	COC ²⁷	Casa do Albergado	HCTP ²⁸
Assinale na tabela: Ausência (A) Inconforme (I) Conforme (C)	Guarda Externa	I					
	Agente Penitenciário / Monitor	I					
	Administração	I					
	Recepção/Revista	I					
Observações:	Centro observação / triagem / Inclusão	I					
	Tratamento Penal	I					
	Vivência coletiva	I					
	Vivência individual	I					
	Serviços	I					
	Saúde	I					
	Tratamento para dependentes químicos	A					
	Oficina de trabalho	A					
	Educativo	I					
	Polivalente	A					

	Creche	A				
	Berçário	A				
	Visita íntima	A				
	Esportes					
4.15 Número de celas individuais	Homens: 0				Mulheres:	
4.15.1 Lotação celas individuais	Homens: 0				Mulheres:	
4.15.2 Dimensão	m X m			m X m		
4.16 Número de celas coletivas	Homens: 134				Mulheres: 0	
4.16.1 Capacidade média das celas coletivas	Homens: 05				Mulheres: 0	
4.16.2 Lotação média das celas coletivas	Homens: 09				Mulheres:	
4.16.3 Dimensão	m X m			m X m		
4.17 Permeabilidade do solo (áreas sem pavimentação)	<input type="checkbox"/> 1 a 3%	<input type="checkbox"/> 3 a 5%	<input type="checkbox"/> 5 a 10%	<input checked="" type="checkbox"/> > 10%		
4.18 Ventilação cruzada geral	<input checked="" type="checkbox"/> insuficiente	<input type="checkbox"/> suficiente	<input type="checkbox"/> excessiva			
4.19 Ventilação cruzada nas celas	<input checked="" type="checkbox"/> insuficiente	<input type="checkbox"/> suficiente	<input type="checkbox"/> excessiva			
4.20 Iluminação natural nas celas	<input checked="" type="checkbox"/> inexistente	<input type="checkbox"/> existente				
4.21 Incidência de sol nas celas	<input checked="" type="checkbox"/> insuficiente	<input type="checkbox"/> suficiente	<input type="checkbox"/> excessiva			
4.22 Programa de combate a incêndio	<input checked="" type="checkbox"/> inexistente	<input type="checkbox"/> existente				
4.23 Extintores de incêndio	<input checked="" type="checkbox"/> insuficiente	<input type="checkbox"/> suficiente	<input type="checkbox"/> sem condições de uso	<input type="checkbox"/> em condições de uso		
4.24 Construído ou ampliado com subvenção de recursos federais?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não	4.25 Reformado com subvenção de recursos federais?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não	
4.26 Indicativos da atuação de facções no estabelecimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	Quais: <u>Primeiro Comando da Capital (PCC)</u> .			
5 – Características das Pessoas Presas						MENSAL
5.1 Há pessoas com deficiência?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	Quantidade: 10			
5.2 Há pessoas com mais de 60 anos presas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	Quantidade: 03			
5.3 Há indígenas presos?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:			
5.4 Há notificação para Funai quanto ao ingresso do indígena?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não				
5.5 Há estrangeiros presos?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:			
5.6 Há adolescentes internados no local?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:			
5.9 Há pessoas presas com transtorno mental?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	Quantidade: 04			
5.10 Há pessoas presas em tratamento para dependência química?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	Quantidade: 34			
5.11 Há pessoas presas com Diabetes?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	Quantidade: 10			
5.12 Há pessoas presas com Hipertensão?	<input checked="" type="checkbox"/> sim		Quantidade: 28			

	<input type="checkbox"/> não	
5.13 Há pessoas presas com HIV?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Quantidade: 13
	<input type="checkbox"/> não	
5.14 Há pessoas presas com Hepatite?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Quantidade: 02
	<input type="checkbox"/> não	
5.15 Há pessoas presas com Tuberculose?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Quantidade: 41
	<input type="checkbox"/> não	
5.16 Há pessoas presas com Hanseníase?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Quantidade: 08
	<input type="checkbox"/> não	
5.17 Há pessoas presas em RDD?	<input type="checkbox"/> sim	Quantidade:
	<input checked="" type="checkbox"/> não	

7 – Características dos Funcionários em Exercício no Estabelecimento SEMESTRAL

7.1 Total de RH na área de segurança:	71
7.2 Total de RH na área administrativa:	17
7.3 Total de RH na área técnica:	20
7.4 Total Geral:	108
7.5 Advogados / Defensores Públicos alocados na unidade	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 03 <input checked="" type="checkbox"/> Defensoria Pública <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Outra forma de contratação: <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input checked="" type="checkbox"/> Diária
7.6 Auxiliares de Enfermagem	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 04 <input type="checkbox"/> SUS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input checked="" type="checkbox"/> Semanal <input checked="" type="checkbox"/> Diária
7.7 Assistentes Sociais	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 04 <input type="checkbox"/> SUAS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input checked="" type="checkbox"/> Diária
7.8 Dentistas	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 02 <input type="checkbox"/> SUS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input checked="" type="checkbox"/> Diária
7.9 Enfermeiros	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 02 <input type="checkbox"/> SUS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input checked="" type="checkbox"/> Diária
7.10 Médicos – Clínico Geral	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 01 <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input checked="" type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.11 Médicos – Psiquiatras	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 01 <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input checked="" type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.13 Pedagogos	<input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim Quantidade: <input type="checkbox"/> Secretaria de Educação <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.14 Psicólogos	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 05 <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> SUAS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input checked="" type="checkbox"/> Diária
7.15 Terapeutas Ocupacionais	<input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim Quantidade: <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.16 Outros:	Quantidade: <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.17 Agentes Prisionais	<input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 06 mulheres ___ homens <input type="checkbox"/> não
7.18 Escala de trabalho:	24 x 72

7.19 Há utilização de uniforme?	<input checked="" type="checkbox"/> sim Com identificação pessoal: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não
7.20 Quais os tipos de cursos ocorrem para o treinamento dos agentes? <input type="checkbox"/> Curso de Formação <input checked="" type="checkbox"/> Cursos Especiais Entidade Executora:	<input checked="" type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária <u>Escola Penitenciária do Estado de Pernambuco (EPPE)</u>

8 – Condições Materiais		SEMESTRAL
8.1 Há camas e colchões para todos os presos?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.2 Há distribuição de uniformes?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.3 Há distribuição de calçados?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.4 Há distribuição de roupas de cama?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.5 Há distribuição de toalhas?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.6 Periodicidade de substituição do material entregue:		
8.7 Há distribuição de artigos de higiene pessoal?	<input type="checkbox"/> sim Quais:	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.8 Há distribuição de artigos de limpeza?	<input type="checkbox"/> sim Quais:	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.11 Há local destinado à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela administração? Descrever como é feito o pagamento, controle de preços e destino da receita:	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.12 Descrever a mobília que compõe as celas:	<u>Varia de cela para cela, inclusive porque há presos que dormem nos corredores dos pavilhões.</u>	
8.13 Há sanitário e lavatório em todas as celas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.14 Caso não haja instalações sanitárias na cela, como é garantido o acesso aos banheiros externos?		
8.15 É garantido o acesso ao banheiro no período noturno?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.16 Número de pessoas por vaso sanitário	09	
8.17 É garantido a qualquer momento o uso da descarga do vaso sanitário?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.18 Há privacidade para uso das instalações sanitárias?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.19 Número de pessoas por chuveiro	09	
8.20 É garantido o banho diário?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.21 A água é aquecida?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.22 É fornecida água potável?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.23 A água é racionada?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.23.1 Qual a frequência e duração oferecida?		
8.24 Problemas visíveis nas instalações:	<input checked="" type="checkbox"/> hidráulico <input checked="" type="checkbox"/> elétrica <input checked="" type="checkbox"/> edificação <input type="checkbox"/> outros:	

9 – Alimentação		SEMESTRAL
9.1 A alimentação é preparada na própria unidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
9.2 Em caso negativo, de onde provém e qual o custo diário da alimentação por preso?		
9.3 O cardápio é orientado por nutricionista?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
9.4 Qual a quantidade de alimentação fornecida no almoço e janta à pessoa presa (peso)?		
9.5 N.º de refeições diárias: 03	9.6 Horários das refeições: 6h, 10h30min e 17h30min	9.7 Onde as refeições são realizadas? <input type="checkbox"/> celas <input type="checkbox"/> refeitório <input checked="" type="checkbox"/> outro: Pátio
9.8 Há controle de qualidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Qual: realizado pela nutricionista. <input type="checkbox"/> não
9.9 Descrever o controle:	<u>Baseado em Programa da SERES: estoque alimentar (planilha).</u>	
9.10 As refeições são	<input checked="" type="checkbox"/> padronizadas	<input checked="" type="checkbox"/> adaptadas por motivos de: <input checked="" type="checkbox"/> saúde <input type="checkbox"/> religiosos <input type="checkbox"/> outros
9.11 Os presos deslocados para audiências e outras atividades externas recebem alimentação e água potável quando saem e quando retornam, independentemente do horário?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
9.12 Há outras formas de fornecimento de alimentos?	<input checked="" type="checkbox"/> família <input checked="" type="checkbox"/> compra	<input type="checkbox"/> outro: <u>Obs.: Há venda de produtos dentro da unidade, realizada pelos próprios presos.</u>

10 – Rotina padrão		SEMESTRAL
10.1 Tempo diário dentro da cela: 15h		
10.2 Tempo de pátio de sol: 09h Frequência: diária	10.3 Tempo de visita: 08h Frequência: sábado e domingo	
10.4 Tempo de atividades educacionais: 04h Frequência: segunda a sexta	10.5 Tempo de atividades laborais: 08h Frequência: segunda a sexta	
10.6 Tempo de atividades religiosas: 01h Frequência: diária	10.7 Tempo de visita íntima: 08h Frequência: sábado	
10.8 Tempo de atividades esportivas: 09h Frequência: diária	10.8 Tempo das atividades culturais: - Frequência: -	
10.9 Há programa individualizado para o cumprimento da pena?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não

11 – Assistência à Saúde		SEMESTRAL
11.1 Existe unidade básica de saúde do SUS?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
11.2 Está integrado à Rede Cegonha do SUS?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
11.3 Há distribuição de preservativos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Frequência: semanal
11.4 Há acesso às medicações definidas pelo SUS para farmácias de unidades prisionais?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.5 Há acesso às medicações prescritas que não estão no pacote SUS?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.6 Há exames e consultas de ingresso?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
11.8 Há vacinação regular? Se sim, quais vacinas são oferecidas?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.9 As pessoas presas têm acesso a médico particular, caso haja a contratação deste profissional por seus familiares?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.10 As pessoas presas têm acesso aos exames médicos necessários?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.11 Quais trabalhos são realizados para prevenção ou controle de doenças infecto-contagiosas?	-	
11.12 Há ambulância na unidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.13 Para que estabelecimentos da rede de saúde as pessoas presas tem acesso, quando necessário?	<input type="checkbox"/> Unidade Básica de Saúde – UBS <input checked="" type="checkbox"/> Unidade de Pronto Atendimento – UPA <input checked="" type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS <input type="checkbox"/> Outro:	

12.1 Programa de necessidades do módulo de saúde por tipo de estabelecimento penal²⁹

Assinale na tabela:
Ausência (A)
Inconforme (I)
Conforme (C)

Observações:

PROGRAMA DISCRIMINADO ³⁰	Pro- por- ção	Estabelecimentos Penais				
		P ³¹	CP	COL	COC	HCTP ³²
Sala de recepção e espera	Até 100 presos (10h/sem)	I				
Sala de acolhimento multiprofissional		C				
Sala de atendimento clínico multiprofissional		C				
Consultório de atendimento ginecológico com sanitário ³³		-				
Estoque		A				
Dispensação de medicamentos e estoque		C				
Cela enfermaria com solário ³⁴						
Sanitário para pacientes						
Consultório de atendimento odontológico		De 101 a 300 presos	I			
Sala multiuso	A					
Sala de procedimentos	A					
Laboratório de diagnóstico ³⁵	De 301 a 700 presos	A				
Sala de coleta de material para laboratório		C				
Sala de Raio X		A				
Cela de espera	De 701 a 1000 presos (40h/semana)	A				
Consultório Médico		C				
Sala de curativos, suturas e Posto de Enfermagem		C				
Cela de Observação (02 leitos)		A				
Central de material esterilizado / expurgo		A				
Rouparia		A				
Depósito de Material de Limpeza						
Sanitários para equipe de saúde						

13 – Assistência Jurídica		SEMESTRAL
13.1 As pessoas presas sem condições financeiras é proporcionada assistência jurídica gratuita e permanente?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
13.2 Em caso positivo, por quem é prestada a assistência?	Advogados e Defensoria Pública.	
13.3 A Funai presta assistência jurídica aos presos/internos indígenas?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
13.4 Onde é realizado o contato entre a pessoa presa e o advogado?		
13.5 A Defensoria Pública do Estado comparece com regularidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
13.6 Direitos concedidos a. Saídas temporárias b. Livramento condicional c. Progressões d. Indulto	Periodicidade: semanal 0/ mês 06/ mês _____ / mês _____ / ano	

14 – Assistência Laboral		SEMESTRAL
14.1 Há oficinas de trabalho?	<input type="checkbox"/> sim	Quantidade:
	<input checked="" type="checkbox"/> não	
14.2 Quantas das oficinas são administradas pelo estabelecimento?	Total:	
14.3 Quantas das oficinas são administradas em parceria com a iniciativa privada?	Total:	
14.4 Atividade	Quantidade de Envolvidos	Envolvidos Remunerados
	Mulher Homem	Mulher Homem
a. Cozinha	- -	- -
b. Limpeza	- -	- -
c. Serviços Administrativos	- -	- -
d. Oficinas de trabalho	- -	- -
e. Biblioteca	- -	- -
f. Fábrica	- -	- -
g. Agricultura	- -	- -
h. Artesanato	- -	- -
i. Pecuária	- -	- -
j. Outros: Especificar: _____		
14.4.1 Remuneração	Mulher	Homem
a. Cozinha	-	-
b. Limpeza	-	-
c. Serviços Administrativos	-	-
d. Oficinas de trabalho	-	-
e. Biblioteca	-	-
f. Fábrica	-	-
g. Agricultura	-	-
h. Artesanato	-	-
i. Pecuária	-	-
j. Outros	-	-
14.5 Total de presos ou internos com permissão para trabalho externo:	0	

16 – Assistência Religiosa		SEMESTRAL
16.1 Há visita de religiosos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
16.2 Quais denominações visitam o estabelecimento?	<input type="checkbox"/> Espíritas <input checked="" type="checkbox"/> Evangélicos <input type="checkbox"/> Outra:	<input checked="" type="checkbox"/> Católicos <input type="checkbox"/> de Matriz Africana
16.3 Onde são realizadas as cerimônias religiosas?	<u>Templo ecumênico</u>	
16.4 É permitida a entrada de objetos que fazem parte da cerimônia?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
16.5 As necessidades religiosas são consideradas com relação às vestimentas, horários e rotinas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não

17 – Assistência Social		SEMESTRAL
17.1 Há recintos adequados para a atividade de assistência social?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
17.2 Ações de assistência social desenvolvidas:		
Contato com familiares	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Documentos	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Benefícios da Previdência Social	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Ações com os egressos	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Ações com o SUAS	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Projetos, se sim, quais:	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não

18 – Segurança		SEMESTRAL
18.1 A segurança interna é realizada por:		
<input type="checkbox"/> policiais civis	<input type="checkbox"/> policiais militares	<input checked="" type="checkbox"/> agentes penitenciários
<input type="checkbox"/> terceiros	<input type="checkbox"/> outros:	
18.2 Equipamentos disponibilizados pelos responsáveis pela segurança interna:		
Arma menos letal (bala de borracha)	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Arma letal	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Taser	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Gás de pimenta / lacrimogênio	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Cassetete / Tonfa	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Algemas	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Rádio	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Alarme	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Circuito de vigilância interna	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Outro:	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
18.3 No caso de uso de arma de fogo:		
Os usuários têm porte de armas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
É garantido treinamento periódico?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
18.4 No caso de emprego de arma de fogo?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
18.5 No caso de uso de arma tipo Taser os registros de descarga do equipamento são identificados por servidor?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
18.6 A segurança externa é realizada por:		
<input type="checkbox"/> policiais civis	<input checked="" type="checkbox"/> policiais militares	<input type="checkbox"/> agentes penitenciários
<input type="checkbox"/> terceiros	<input type="checkbox"/> outros:	
18.7 A escolta externa é realizada por:		
<input type="checkbox"/> policiais civis	<input checked="" type="checkbox"/> policiais militares	<input type="checkbox"/> agentes penitenciários
<input type="checkbox"/> terceiros	<input type="checkbox"/> outros:	
18.8 Há escolta externa específica para área de saúde:	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
18.9 Existe grupo de intervenção especial vinculado à unidade?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não

18.10 Caso exista, quem são os envolvidos:		
<input type="checkbox"/> policiais civis	<input type="checkbox"/> policiais militares	<input type="checkbox"/> agentes penitenciários
<input type="checkbox"/> terceiros	<input type="checkbox"/> outros:	
18.11 Equipamentos disponibilizados para o controle da entrada:		
Portal detector de metal	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Raquete detectora de metal	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Banco detector de metal	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Raio X	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Espectômetro	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Boddy Scanner	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Outro:		

19 – Disciplina e ocorrências		MENSAL
19.1 Há registro de imposição de sanção disciplinar aos presos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.2 Qual a forma adotada para o registro?	<input checked="" type="checkbox"/> Livro <input type="checkbox"/> Procedimento Eletrônico <input type="checkbox"/> Outro	<input type="checkbox"/> PAD
19.3 No registro da sanção de natureza grave é anotado o prévio procedimento disciplinar?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.4 Há sanção disciplinar de natureza grave sem instauração do respectivo procedimento?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.5 Toda notícia de falta disciplinar enseja a instauração de procedimento?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
19.6 A falta disciplinar é reconhecida judicialmente?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.7 São executadas sanções coletivas?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
19.8 É observado o direito de defesa do preso?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Se sim, em qual fase?	<input checked="" type="checkbox"/> fase administrativa <input type="checkbox"/> fase judicial	
19.9 O ato administrativo que determina a aplicação da sanção disciplinar é motivado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.10 Quais as condições da cela usada para aplicação de sanção disciplinar?		
19.11 Qual o maior período aplicado de isolamento?	<input checked="" type="checkbox"/> 10 dias <input type="checkbox"/> 30 dias	<input type="checkbox"/> 20 dias <input type="checkbox"/> outro:
19.12 Qual o tempo médio de rebaixamento de comportamento ou reabilitação por falta grave?		
19.13 Qual o número de sanções por falta grave (mês)?		
19.14 Houve motins ou rebeliões nos últimos 12 meses?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.15 Ocorrências nos últimos 12 meses:	Mulheres	Homens
19.16 Fugas (pessoas)	-	10
19.17 Pessoas evadidas	-	-
19.18 Saídas temporárias (pessoas)	-	-
19.19 Mortes naturais	-	-
19.20 Mortes por homicídio	-	05
19.21 Mortes acidentais	-	-
19.22 Mortes por suicídio	-	-
19.23 Incidentes com funcionários (pessoas)	-	-

20 – Visitas		SEMESTRAL
20.1 A visita social ocorre regularmente?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	frequência: semanal
20.2 Quantas pessoas podem ser cadastradas por preso para realizarem a visita?	<input type="checkbox"/> 1 ou 2 <input checked="" type="checkbox"/> 5 ou 6 <input type="checkbox"/> 8 ou mais	<input type="checkbox"/> 3 ou 4 <input type="checkbox"/> 6 ou 7

20.3 Quantas pessoas podem realizar a visita por vez?	<input type="checkbox"/> 1 ou 2 <input checked="" type="checkbox"/> 3 ou 4 <input type="checkbox"/> 5 ou 6 <input type="checkbox"/> 7 ou 8 <input type="checkbox"/> 9 ou mais
20.4 Qual o local que ocorre a visita social:	<input type="checkbox"/> pátio de visita <input checked="" type="checkbox"/> pátio do banho de sol <input type="checkbox"/> celas <input type="checkbox"/> outro:
20.5 Há local específico para visita de crianças?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
20.6 Há permissão para visitas íntimas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim frequência: _____ <input type="checkbox"/> não
20.7 Há permissão para visitas íntimas homoafetivas?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
20.8 Qual o local que ocorre a visita íntima?	<input type="checkbox"/> módulo de visita íntima <input type="checkbox"/> pátio do banho de sol <input checked="" type="checkbox"/> celas <input type="checkbox"/> outro:
20.9 Quais os procedimentos de revista dos visitantes?	<input type="checkbox"/> mecânica (detector de metais, raquetes, banco, espectômetro) <input checked="" type="checkbox"/> manual sem desnudamento <input type="checkbox"/> com desnudamento <input type="checkbox"/> outro:
20.10 É permitida a visita de menores de 18 anos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não

21 – Relato das pessoas presas ou de funcionários		MENSAL
21.1 Há reclamações sobre quais aspectos:	<input type="checkbox"/> Instalações <input checked="" type="checkbox"/> Assistência Jurídica <input type="checkbox"/> Assistência Saúde <input type="checkbox"/> Assistência Educacional <input type="checkbox"/> Assistência social <input type="checkbox"/> Atividades Esportivas <input type="checkbox"/> Lazer <input type="checkbox"/> Visita <input type="checkbox"/> Maus tratos ou tortura <input checked="" type="checkbox"/> Outros: <u>superlotação, truculência da PM e do GOS durante as revistas.</u>	
21.2 No caso de maus tratos ou tortura, há indícios dos fatos relatados?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Ferimentos no corpo <input type="checkbox"/> Marcas de projéteis nas celas ou outros ambientes <input type="checkbox"/> Relatos idênticos em diferentes alas <input type="checkbox"/> Nas datas dos eventos houve cancelamento de visita, entrada de grupos especiais de intervenção, transferência de presos, movimentações noturnas ou outra situação atípica <input type="checkbox"/> Locais característicos como ambiente de castigo (sem colchão, sem sanitário, sem iluminação, sem ventilação, sujos, com insetos, entre outros aspectos) <input type="checkbox"/> Uso de bala clava (capuz) <input type="checkbox"/> Outros: 	
21.3 Quais providências foram tomadas para apurar os fatos até o momento?	<input type="checkbox"/> Exame de corpo de delito <input type="checkbox"/> Denúncia formalizada ao Juiz ou Ministério Público <input type="checkbox"/> Inquérito <input type="checkbox"/> Instauração de procedimento administrativo <input type="checkbox"/> Outro:	
21.4 Quais providências serão tomadas para apurar os fatos a partir de agora?	<input type="checkbox"/> Exame de corpo de delito <input type="checkbox"/> Denúncia formalizada ao Juiz ou Ministério Público <input type="checkbox"/> Inquérito <input type="checkbox"/> Instauração de procedimento administrativo <input type="checkbox"/> Outro:	

21.5 Há orientação no estabelecimento quanto à forma de acessar:	<input type="checkbox"/> Ouvidoria <input type="checkbox"/> Corregedoria <input type="checkbox"/> Disque 100 <input type="checkbox"/> Outro:	<input type="checkbox"/> Conselho da Comunidade <input type="checkbox"/> Conselho Penitenciário <input type="checkbox"/> Comissão de DH da OAB
21.6 Outras informações:		

22 – Diversos		SEMESTRAL
22.1 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre o funcionamento do estabelecimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
22.2 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre direitos e deveres do preso?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
22.3 Quando se aproxima a liberdade há algum trabalho realizado para preparação do preso?	<input type="checkbox"/> sim	Frequência: _____ <input checked="" type="checkbox"/> não
22.4 É permitida a entrada de jornais e revistas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
22.5 Como funciona o envio e recebimento de correspondências?	Pelos Correios.	
22.6 As pessoas presas têm acesso a telefone público?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
22.7 Há alistamento, transferência e revisão eleitoral de presos provisórios? Motivo:	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não <u>Apesar de ser uma cadeia pública, todos os presos são condenados.</u>
22.8 É permitido o uso de:		
a. Rádio/Aparelho de Som	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
b. TV	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
c. Vídeo/DVD	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
d. Geladeira	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
e. Fogão/Fogareiro/Mergulhão/Rabo Quente	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
f. Ventilador	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
g. Outros:		
22.9 Há organizações não governamentais atuando no estabelecimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
22.10 Se existe, em quais áreas:	<input type="checkbox"/> gestão <input type="checkbox"/> saúde <input type="checkbox"/> trabalho <input type="checkbox"/> comunicação <input checked="" type="checkbox"/> reciclagem <input type="checkbox"/> Outras:	<input type="checkbox"/> educação <input type="checkbox"/> assistência social <input type="checkbox"/> religiosa <input type="checkbox"/> cidadania <input type="checkbox"/> manutenção
Qual a frequência:	<input type="checkbox"/> diária <input type="checkbox"/> quinzenal <input type="checkbox"/> esporádico	<input type="checkbox"/> semanal <input checked="" type="checkbox"/> mensal <input type="checkbox"/> outro:

22.11 Como é tratado o lixo produzido no estabelecimento?	<input type="checkbox"/> separado	<input type="checkbox"/> reciclado
	<input type="checkbox"/> não é recolhido	<input type="checkbox"/> coleta municipal
	<input type="checkbox"/> outro:	

23 – Inspeções	MENSAL
-----------------------	---------------

23.1 O estabelecimento é inspecionado regularmente por:		
a. Juiz Corregedor	<input type="checkbox"/> sim	Frequência: _____
	<input checked="" type="checkbox"/> não	
b. Juiz de Execução	<input type="checkbox"/> sim	Frequência: _____
	<input checked="" type="checkbox"/> não	
c. Ministério Público	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Frequência: mensal
	<input type="checkbox"/> não	
d. Defensor Público	<input type="checkbox"/> sim	Frequência: _____
	<input checked="" type="checkbox"/> não	
e. Conselho Penitenciário	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Frequência: mensal
	<input type="checkbox"/> não	
f. Conselho da Comunidade	<input type="checkbox"/> sim	Frequência: _____
	<input checked="" type="checkbox"/> não	
g. Conselho Estadual de Direitos Humanos ou Comitê Estadual de Combate à Tortura	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Frequência: diária
	<input type="checkbox"/> não	
c. Comissão de Direitos Humanos da OAB	<input type="checkbox"/> sim	Frequência: _____
	<input checked="" type="checkbox"/> não	
h. Pastoral Carcerária	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Frequência: semanal
	<input type="checkbox"/> não	
ii. Outros: <u>Serviço Ecumênico de Militância nas Prisões (SEMPRI)</u> .		

24 – Valoração sobre os itens inspecionados	SEMESTRAL
--	------------------

Item avaliado	Ótimo 10-9	Bom 8-7	Regular 6-4	Ruim 3-0	Não avaliado
24.1. Estrutura predial				X	
24.2 Manutenção				X	
24.3 Limpeza				X	
24.4 Ventilação das celas				X	
24.5 Iluminação das celas				X	
24.6 Insolação das celas				X	
24.7 Cozinha			X		
24.8 Refeitório			X		
24.9 Assistência à saúde		X			
24.10 Assistência à educação		X			
24.11 Assistência jurídica					
24.12 Assistência social				X	
24.13 Atividades laborais				X	
24.14 Cella para isolamento/seguro					
24.15 Cella de sanção disciplinar					
24.16 Local de visita social			X		
24.17 Local de visita íntima					Não há
24.18 Pátio de sol			X		
24.19 Alojamento dos agentes		X			
24.20 Segurança				X	
24.21 Procedimentos da unidade				X	

25.1 Irregularidades encontradas com base na Lei n.º 7.210/84 (Lei de Execução Penal - LEP), Constituição Federal/88, Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), Resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, Lei n.º 9.455/97 (Crimes de Tortura), Lei 10.172/2011 – Plano Nacional de Educação, e Portaria Interministerial - Saúde e Justiça - nº 1.777/2003.

X	Ocupação total superior à capacidade da unidade (art. 85 da LEP)
X	N.º de presos por cela superior ao n.º definido em lei (art. 88 da LEP)
X	Presença de pessoas com idade acima de 60 anos junto aos demais presos (art. 82, § 1º da LEP)
	Irregularidade na distribuição dos presos nas celas, com presença de presos provisórios junto a presos condenados e presos primários com reincidentes (art. 84, § 1º da LEP, art. 7º da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
X	Falta de programa individualizador da pena privativa de liberdade (art. 6º da LEP)
	Existência de pessoas presas por medida de segurança cumprindo pena junto aos demais presos (anexo da Resolução nº 05/2004 do CNPCP, e art. 4º, Resolução nº 12/2009 do CNPCP)
-	Presença de adolescentes no estabelecimento (arts. 123 e 185 do ECA);
-	Presença de mulheres em ambientes de homens (art. 82, § 1º da LEP)
-	Presença de agentes do sexo masculino nas dependências internas dos estabelecimentos penais femininos (art. 83 § 3º da LEP)
-	Inexistência de berçário para crianças nas unidades prisionais femininas (art. 83 § 2º da LEP, e art. 10, Resolução nº 4/2009 do CNPCP)
-	Ausência de seção para gestante e parturiente nos estabelecimentos penais femininos (art. 89 da LEP)
-	Ausência de creche para abrigar crianças entre 06 meses e 7 anos nos estabelecimentos penais femininos (art. 89 da LEP)
X	Ausência ou número insuficiente de camas individuais (art. 8º, § 2º da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
X	Condições precárias de higiene e limpeza das celas (art. 9º da Resolução n.º 14/94 CNPCP)
-	Falta de cardápio alimentar orientado por nutricionistas (art. 13 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
-	N.º de refeições por dia inadequado às necessidades dos presos (art. 13 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
-	Roupas fornecidas pelo estabelecimento impróprias às condições climáticas (art. 12, caput, da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
-	Roupas sujas e/ou em mau estado de conservação (art. 12, § 2º da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
	Inexistência de local para aquisição de produtos permitidos para higiene pessoal, mas não fornecidos pela administração (art. 13 da LEP)
-	Inexistência de sanitário na própria cela (art. 88, caput, da LEP)
-	Falta de assistência jurídica regular aos presos carentes (arts. 15, 16 e 41, VII da LEP)
X	Ausência de instalação destinada à Defensoria Pública (art. 83 § 5º da LEP)
X	Inexistência de local destinado a atividades de estágio para universitários (art. 83, § 1º da LEP)
-	Inexistência de curso de alfabetização (art. 40, p. un. da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
-	Inexistência de educação de ensino fundamental (art. 18 da LEP, meta 17 da Lei 10.172/2001)
X	Inexistência de educação de ensino profissional (art. 19 da LEP, meta 17 da Lei 10.172/2001)

-	Ausência de biblioteca (art. 21 da LEP)
-	Não oferecimento de atividade física e/ou recreação (art. 23, IV e art. 41, V e VI da LEP, art. 14 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
-	Ausência de sala de aula para cursos básico e profissionalizante (art. 83 § 4º da LEP)
-	Falta de serviço de assistência social (arts. 22 e 41, VII da LEP)
	Inexistência de cursos de qualificação para o servidor penitenciário (art. 77, § 1º da LEP e art. 49 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
	Ausência de equipe de saúde própria nas unidades com mais de 100 presos (art. 8º da Portaria Interministerial - Saúde e Justiça - n.º 1.777, de 09/09/2003)
-	Não disponibilização dos medicamentos básicos do SUS (art. 8º, § 4º da Portaria Interministerial - Saúde e Justiça - n.º 1.777/2003)
X	Nº de agentes penitenciários inferior ao recomendado: 5 presos por agente penitenciário, no mínimo (art. 1º, Resolução nº 09/2009 do CNPCP)
X	Ausência de profissionais da equipe técnica ou nº insuficiente abaixo do recomendado (art. 2º, Resolução nº 09/2009 do CNPCP)
	Inexistência de audiência especial com o diretor do estabelecimento (art. 41, XIII da LEP)
-	Falta de concessão de banho de sol regular aos presos (art. 14 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
-	Proibição da utilização dos meios de informação (art. 41, XV da LEP)
-	Proibição da utilização de correspondência escrita externa (art. 41, XV da LEP);
	Falta de tratamento nominal dos presos (art. 41, XI da LEP e art. 4º da Resolução n.º 14/94 do CNPCP);
X	Inexistência de local específico para guarda de objetos pessoais dos presos (art. 45, §§ 1º e 2 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP);
	Impedimento de visita íntima para relações homoafetivas (art. 2º, Resolução nº 04/2011 do CNPCP)
	Inexistência de Comissão Técnica de Classificação dos Condenados (art. 6º da LEP)
	Deficiência na composição da Comissão Técnica (art. 7º da LEP)
	Condições inadequadas de realização de trabalho:
	Trabalho não remunerado (arts. 29 e 41, II da LEP);
	Jornada reduzida ou ampliada (art. 33 da LEP);
	Tipo de trabalho incompatível com a condição de idoso, doente ou pessoa com deficiência (art. 32, §§ 2º e 3º da LEP);
X	Inexistência de trabalho voltado para a reinserção social do condenado (art. 23, V da LEP);
	Indícios de ocorrência de atos tipificados como tortura (Lei 9.455/97)

4. Presídio de Igarassu – PI

A equipe foi recepcionada pelo diretor da unidade, Cel. Benício Caetano da Silva, o qual também acompanhou a inspeção.

2 – Identificação do Estabelecimento		ANUAL
2.1 Estabelecimento:	Presídio de Igarassu	
2.2 Apelido da unidade:	Presídio de Igarassu	
2.2.1 Endereço:	Rodovia BR 101 – Norte, KM 32,5 – Tabatinga, CEP: 53610-970	

2.2.2 Cidade/UF:	Igarassu/PE
2.3	<input type="checkbox"/> Penitenciária <input checked="" type="checkbox"/> Cadeia Pública / Presídio <input type="checkbox"/> Colônias agrícolas, industriais ou similares <input type="checkbox"/> Centro de Observação Criminológica <input type="checkbox"/> Hospital de Custódia <input type="checkbox"/> Casa de Albergado
2.4	<input checked="" type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino

3 – Administração		SEMESTRAL
3.1 Gestão	<input checked="" type="checkbox"/> Pública <input type="checkbox"/> Terceirização de serviços complementares (alimentação, limpeza, lavanderia) <input type="checkbox"/> Terceirização da equipe técnica e administrativa <input type="checkbox"/> Terceirização da equipe de segurança <input type="checkbox"/> Método APAC	
3.2 Responsável pelo estabelecimento:	Benício Caetano da Silva	
3.3 Cargo:	Gerente Executivo	
3.4 Formação Profissional	<input checked="" type="checkbox"/> Direito <input type="checkbox"/> Ciências Sociais <input type="checkbox"/> Psicologia <input type="checkbox"/> Pedagogia <input type="checkbox"/> Administração <input type="checkbox"/> Serviço Social <input type="checkbox"/> Outra:	
3.5 Responsável pela segurança:	Agente Penitenciário Gerailton Ferreira da Silva	
3.6 Cargo:	Chefe de Segurança (Supervisor de segurança)	
3.7 Formação Profissional:	Estudante do curso de Direito	
3.8 Quantidade de computadores:	<input type="checkbox"/> 1 a 3 <input type="checkbox"/> 4 a 6 <input type="checkbox"/> 7 a 9 <input type="checkbox"/> 10 a 12 <input type="checkbox"/> 13 a 15 <input checked="" type="checkbox"/> > 15	
3.9 Acesso à Internet	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
3.10 Alimenta o INFOPEN	<input checked="" type="checkbox"/> Integralmente <input type="checkbox"/> Parcialmente <input type="checkbox"/> Não alimenta <input checked="" type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Trimestral <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual <input type="checkbox"/> Outro:	
3.11 Regulamento interno da unidade/Estado	<input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim	3.12 Regulamento disciplinar penitenciário da unidade/Estado <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim

4 – Características do Estabelecimento		SEMESTRAL
4.1 Capacidade total:	530	
4.1.2 Lotação total:	3.703	
4.2 Capacidade Mulheres:	4.3 Capacidade homens: 506	4.4 Capacidade LGBT: 24
4.2.1 Lotação Mulheres:	4.3.1 Lotação homens: 3.684	4.4.1 Lotação LGBT: 19
<input type="checkbox"/> Condenada <input type="checkbox"/> Provisória	<input checked="" type="checkbox"/> Condenado <input checked="" type="checkbox"/> Provisório	<input type="checkbox"/> Condenada/o <input checked="" type="checkbox"/> Provisória/o
4.5 Há alas separadas para diferentes regimes?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
4.6 Há alas separadas para presos provisórios e condenados?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
4.7 Há alas separadas para idosos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
4.8 Há alas separadas para mulheres, se for o caso?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
4.9 Há alas separadas para pessoas em medida de segurança?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
4.10 Há alas separadas para LGBT?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
4.11 Há local especial para cumprimento de seguro/custódia diferenciada?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
4.12 Há acessibilidade para pessoas com deficiência?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
4.13 Há celas metálicas?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	

4.14 Programa de necessidades por tipo de estabelecimento penal ⁴²	Estabelecimento penal						
	Módulos⁴³	Penitenciaría	Colônia ⁴⁴	Cadeia pública ⁴⁵	COC ⁴⁶	Casa do Albergado	HCTP ⁴⁷
Assinale na tabela: Ausência (A) Inconforme (I) Conforme (C)	Guarda Externa						
	Agente Penitenciário / Monitor			I			
	Administração			I			
	Recepção/Revista			I			
Observações:	Centro observação / triagem / Inclusão			I			
	Tratamento Penal			I			
	Vivência coletiva			I			
	Vivência individual			I			
	Serviços			I			
	Saúde			I			
	Tratamento para dependentes químicos			A			
	Oficina de trabalho			C			
	Educativo			C			
	Polivalente			I			
	Creche						
	Berçário			A			
	Visita íntima			I			
	Esportes						
4.15 Número de celas individuais	Homens: 26		Mulheres:				
4.15.1 Lotação celas individuais	Homens: 124		Mulheres:				
4.15.2 Dimensão	3 m X 2 m		_____ m X _____ m				
4.16 Número de celas coletivas	Homens: 96		Mulheres:				
4.16.1 Capacidade média das celas coletivas	Homens: 5		Mulheres:				
4.16.2 Lotação média das celas coletivas	Homens: 15		Mulheres:				
4.16.3 Dimensão	4 m X 4 m		_____ m X _____ m				
4.17 Permeabilidade do solo (áreas sem pavimentação)	<input type="checkbox"/> 1 a 3% <input type="checkbox"/> 3 a 5% <input type="checkbox"/> 5 a 10% <input checked="" type="checkbox"/> > 10%						
4.18 Ventilação cruzada geral	<input checked="" type="checkbox"/> insuficiente <input type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> excessiva						
4.19 Ventilação cruzada nas celas	<input checked="" type="checkbox"/> insuficiente <input type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> excessiva						
4.20 Iluminação natural nas celas	<input type="checkbox"/> inexistente <input type="checkbox"/> existente						
4.21 Incidência de sol nas celas	<input type="checkbox"/> insuficiente <input type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> excessiva						
4.22 Programa de combate a incêndio	<input checked="" type="checkbox"/> inexistente <input type="checkbox"/> existente						
4.23 Extintores de incêndio	<input checked="" type="checkbox"/> insuficiente <input type="checkbox"/> suficiente <input type="checkbox"/> sem condições de uso <input type="checkbox"/> em condições de uso						
4.24 Construído ou ampliado com subvenção de recursos federais?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não		4.25 Reformado com subvenção de recursos federais?		<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não		
4.26 Indicativos da	<input type="checkbox"/> sim		Quais:				

atuação de facções no estabelecimento? não

5 – Características das Pessoas Presas		MENSAL
5.1 Há pessoas com deficiência?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: 20
5.2 Há pessoas com mais de 60 anos presas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: 26
5.3 Há indígenas presos?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.4 Há notificação para Funai quanto ao ingresso do indígena?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
5.5 Há estrangeiros presos?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.6 Há adolescentes internados no local?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.9 Há pessoas presas com transtorno mental?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.10 Há pessoas presas em tratamento para dependência química?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.11 Há pessoas presas com Diabetes?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: 18
5.12 Há pessoas presas com Hipertensão?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: 39
5.13 Há pessoas presas com HIV?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: 11
5.14 Há pessoas presas com Hepatite?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:
5.15 Há pessoas presas com Tuberculose?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: 48
5.16 Há pessoas presas com Hanseníase?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Quantidade: 02
5.17 Há pessoas presas em RDD?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Quantidade:

7 – Características dos Funcionários em Exercício no Estabelecimento		SEMESTRAL
7.1 Total de RH na área de segurança:	58	
7.2 Total de RH na área administrativa:	19	
7.3 Total de RH na área técnica:	29	
7.4 Total Geral:	106	
7.5 Advogados / Defensores Públicos alocados na unidade	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Defensoria Pública <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade Outra forma de contratação: <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária	Quantidade: 04
7.6 Auxiliares de Enfermagem	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> SUS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária	Quantidade: 03
7.7 Assistentes Sociais	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> SUAS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária	Quantidade: 07
7.8 Dentistas	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> SUS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária	Quantidade: 02
7.9 Enfermeiros	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim	Quantidade: 04

	<input type="checkbox"/> SUS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.10 Médicos – Clínico Geral	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 02 <input type="checkbox"/> SUS <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.11 Médicos – Psiquiatras	<input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim Quantidade: <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.13 Pedagogos	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 20 <input checked="" type="checkbox"/> Secretaria de Educação <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.14 Psicólogos	<input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 04 <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> SUAS <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.15 Terapeutas Ocupacionais	<input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim Quantidade: <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.16 Outros:	Quantidade: 06: 04 nutricionistas, uma farmacêutica e 02 auxiliares de dentista. <input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> Própria Unidade <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária
7.17 Agentes Prisionais	<input checked="" type="checkbox"/> sim Quantidade: 11 mulheres e 66 homens <input type="checkbox"/> não
7.18 Escala de trabalho:	24 x 72 (plantão) e diarista de 8h/dia
7.19 Há utilização de uniforme?	<input type="checkbox"/> sim Com identificação pessoal: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> não
7.20 Quais os tipos de cursos ocorrem para o treinamento dos agentes? <input checked="" type="checkbox"/> Curso de Formação <input checked="" type="checkbox"/> Cursos Especiais Entidade Executora:	<input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Diária <u>Escola Penitenciária.</u> Obs.: Quando há disponibilidade de curso ou estágio.

8 – Condições Materiais		SEMESTRAL
8.1 Há camas e colchões para todos os presos?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.2 Há distribuição de uniformes?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.3 Há distribuição de calçados?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.4 Há distribuição de roupas de cama?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.5 Há distribuição de toalhas?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.6 Periodicidade de substituição do material entregue:		
8.7 Há distribuição de artigos de higiene pessoal?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
	Quais:	
8.8 Há distribuição de artigos de limpeza?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
	Quais:	
8.11 Há local destinado à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela administração? Descrever como é feito o pagamento, controle de preços e destino da receita:	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
	Obs.: <u>Há vendas por pequenos ambulantes e algumas pequenas cantinas que são exploradas pelos próprios presos, com preços praticados próximo aos preços do comércio formal.</u>	
8.12 Descrever a mobília que compõe as celas:	<u>Varia de cela para cela.</u>	
8.13 Há sanitário e lavatório em todas as celas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.14 Caso não haja instalações sanitárias na cela, como é garantido o acesso aos banheiros externos?		
8.15 É garantido o acesso ao banheiro no período noturno?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.16 Número de pessoas por vaso sanitário	25	
8.17 É garantido a qualquer momento o uso da descarga do vaso sanitário?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.18 Há privacidade para uso das instalações sanitárias?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.19 Número de pessoas por chuveiro	<u>Em regra o banho é de cuia.</u>	
8.20 É garantido o banho diário?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.21 A água é aquecida?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
8.22 É fornecida água potável?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.23 A água é racionada?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
8.23.1 Qual a frequência e duração oferecida?	03 vezes ao dia	
8.24 Problemas visíveis nas instalações:	<input type="checkbox"/> hidráulico <input checked="" type="checkbox"/> elétrica <input type="checkbox"/> edificação <input type="checkbox"/> outros:	

9 – Alimentação		SEMESTRAL
9.1 A alimentação é preparada na própria unidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
9.2 Em caso negativo, de onde provém e qual o custo diário da alimentação por preso?		
9.3 O cardápio é orientado por nutricionista?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
9.4 Qual a quantidade de alimentação fornecida no almoço e janta à pessoa presa (peso)?	Em média 700 gramas.	
9.5 N.º de refeições diárias: 03	9.6 Horários das refeições: 6h30, 11h30 e 17h30	9.7 Onde as refeições são realizadas? <input checked="" type="checkbox"/> celas <input type="checkbox"/> refeitório <input type="checkbox"/> outro:
9.8 Há controle de qualidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Qual:
9.9 Descrever o controle:		
9.10 As refeições são	<input type="checkbox"/> padronizadas <input type="checkbox"/> adaptadas por motivos de: <input type="checkbox"/> saúde <input type="checkbox"/> religiosos <input type="checkbox"/> outros	
9.11 Os presos deslocados para audiências e outras atividades externas recebem alimentação e água potável quando saem e quando retornam, independentemente do horário?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
9.12 Há outras formas de fornecimento de alimentos?	<input checked="" type="checkbox"/> família <input checked="" type="checkbox"/> compra <input type="checkbox"/> outro:	

10 – Rotina padrão		SEMESTRAL
10.1 Tempo diário dentro da cela: 19h		
10.2 Tempo de pátio de sol: 02h Frequência: diária	10.3 Tempo de visita: 8h Frequência: semanal	
10.4 Tempo de atividades educacionais: 04h Frequência: segunda a sexta	10.5 Tempo de atividades laborais: 8h Frequência: segunda a sexta	
10.6 Tempo de atividades religiosas: Frequência: diária	10.7 Tempo de visita íntima: 8h (hora da visita social). Frequência: semanal	
10.8 Tempo de atividades esportivas: Frequência: diária	10.8 Tempo das atividades culturais: Frequência: diária	
10.9 Há programa individualizado para o cumprimento da pena?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
10.10 Em caso positivo, qual a frequência de atualização:	<input type="checkbox"/> mensal <input type="checkbox"/> trimestral <input type="checkbox"/> semestral <input type="checkbox"/> outro:	
10.10.1 Quais profissionais participam da elaboração do programa:		
10.10.2 Descreva os procedimentos para elaboração do programa individualizado:		

11 – Assistência à Saúde		SEMESTRAL
11.1 Existe unidade básica de saúde do SUS?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
11.2 Está integrado à Rede Cegonha do SUS?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
11.3 Há distribuição de preservativos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Frequência: <u>semanal, durante as visitas íntimas.</u> <input type="checkbox"/> não
11.4 Há acesso às medicações definidas pelo SUS para farmácias de unidades prisionais?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.5 Há acesso às medicações prescritas que não estão no pacote SUS?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.6 Há exames e consultas de ingresso?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.8 Há vacinação regular? Se sim, quais vacinas são oferecidas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não <u>Febre, gripe, complexo vitamínico etc.</u>
11.9 As pessoas presas têm acesso a médico particular, caso haja a contratação deste profissional por seus familiares?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.10 As pessoas presas têm acesso aos exames médicos necessários?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.11 Quais trabalhos são realizados para prevenção ou controle de doenças infecto-contagiosas?	<u>Através de distribuição de camisinhas, coleta de sangue etc.</u>	
11.12 Há ambulância na unidade?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
11.13 Para que estabelecimentos da rede de saúde as pessoas presas tem acesso, quando necessário?	<input type="checkbox"/> Unidade Básica de Saúde – UBS <input checked="" type="checkbox"/> Unidade de Pronto Atendimento – UPA <input checked="" type="checkbox"/> Hospital <input checked="" type="checkbox"/> Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS <input type="checkbox"/> Outro:	

12.1 Programa de necessidades do módulo de saúde por tipo de estabelecimento penal⁴⁸

Assinale na tabela:
Ausência (A)
Inconforme (I)
Conforme (C)

Observações:

PROGRAMA DISCRIMINADO ⁴⁹	Pro- por- ção	Estabelecimentos Penais				
		P ⁵⁰	CP	COL	COC	HCTP ⁵¹
Sala de recepção e espera	Até 100 presos (10h/sem)		I			
Sala de acolhimento multiprofissional			I			
Sala de atendimento clínico multiprofissional			I			
Consultório de atendimento ginecológico com sanitário ⁵²			-			
Estoque			A			
Dispensação de medicamentos e estoque			C			
Cela enfermaria com solário ⁵³			A			
Sanitário para pacientes			C			
Consultório de atendimento odontológico		De 101 a 300 presos		C		
Sala multiuso			A			
Sala de procedimentos			C			
Laboratório de diagnóstico ⁵⁴	De 301 a 700 presos		A			
Sala de coleta de material para laboratório			A			
Sala de Raio X			A			
Cela de espera	De 701 a 1000 presos (40h/semana)		C			
Consultório Médico			C			
Sala de curativos, suturas e Posto de Enfermagem			A			
Cela de Observação (02 leitos)			A			
Central de material esterilizado / expurgo			A			
Rouparia			I			
Depósito de Material de Limpeza			A			
Sanitários para equipe de saúde			C			

13 – Assistência Jurídica		SEMESTRAL
13.1 As pessoas presas sem condições financeiras é proporcionada assistência jurídica gratuita e permanente?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
13.2 Em caso positivo, por quem é prestada a assistência?	Advogados da unidade.	
13.3 A Funai presta assistência jurídica aos presos/internos indígenas?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
13.4 Onde é realizado o contato entre a pessoa presa e o advogado?		
13.5 A Defensoria Pública do Estado comparece com regularidade?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
13.6 Direitos concedidos a. Saídas temporárias b. Livramento condicional c. Progressões d. Indulto	Periodicidade: 0/ mês 24/ mês 35/ mês 02/ ano	

14 – Assistência Laboral		SEMESTRAL
14.1 Há oficinas de trabalho?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	Quantidade: 05
	<input type="checkbox"/> não	
14.2 Quantas das oficinas são administradas pelo estabelecimento?	Total: 03	
14.3 Quantas das oficinas são administradas em parceria com a iniciativa privada?	Total: 02	
14.4 Atividade	Quantidade de Envolvidos	Envolvidos Remunerados
	Mulher	Homem
a. Cozinha	-	28
b. Limpeza	-	08
c. Serviços Administrativos	-	20
d. Oficinas de trabalho	-	40
e. Biblioteca	-	03
f. Fábrica	-	50
g. Agricultura	-	05
h. Artesanato	-	06
i. Pecuária	-	0
j. Outros:	Especificar: <u>Há duas empresas conveniadas instaladas nas dependências da unidade (Pórtico e Ondunorte) que oferecem trabalho aos presos. No convênio com a Ondunorte existem 18 presos na função de auxiliar de produção. No convênio com a Pórtico, 20 presos trabalhando em diversas atividades, a saber: 11 na montagem, 02 como auxiliar de produção na ferragem, 02 como auxiliar de produção na usinagem, 02 como auxiliar de produção no galpão de gesso, 01 como operador de máquinas, e um sub-encarregado na produção.</u>	
14.4.1 Remuneração	Mulher	Homem
a. Cozinha		
b. Limpeza		
c. Serviços Administrativos		
d. Oficinas de trabalho		
e. Biblioteca		
f. Fábrica		
g. Agricultura		
h. Artesanato		
i. Pecuária		
j. Outros		
14.5 Total de presos ou internos com permissão para trabalho externo:	0	

14.6 Há avaliação das aptidões e capacidades do preso para sua alocação em determinado trabalho? Em caso positivo, como essa avaliação é realizada?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
14.7 Há avaliação e estímulo ao crescimento profissional que permita a qualificação ou diversificação do trabalho? Em caso positivo, descreva.	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não

15 – Assistência Educacionais/Desportivas/Culturais e de Lazer SEMESTRAL

15.1 Programa de necessidades do módulo de educação por tipo de estabelecimento penal⁵⁵

Assinale na tabela:
Ausência (A)
Inconforme (I)
Conforme (C)

Observações: Há 06 salas de aula. A instalação sanitária para os presos estava com mau cheiro. No caso da sala de informática, os computadores estavam disponíveis, mas o espaço ainda estava sendo reestruturado. Há uma escola dentro da unidade, com biblioteca. Além disso, há bibliotecas nos pavilhões.

PROGRAMA DISCRIMINADO ⁵⁶	P ⁵⁷	CP	COL	COC	HCTP ⁵⁸
Biblioteca		C			
Sala de aula ⁵⁹		C			
Instalação sanitária (pessoa presa)		C			
Sala de professores		C			
Sala de informática		I			
Sala de encontros com a sociedade ⁶⁰					

15.2 Indique nas atividades o número de presos envolvidos:

02 alfabetização
10 ensino fundamental
10 ensino médio
0 profissionalizante
_____ outros:
Especificar: _____

15.3 Os cursos são ministrados por:

Professores do Sistema Penitenciário Estadual
 Professores da Secretaria Estadual de Educação
 Professores da Secretaria Municipal de Educação
 Presos monitores
 Voluntários
 Outros professores:
Especificar: _____

15.4 Há atividades esportivas?

não
 sim Quais: Capoeira, Jiu Jitsu, Fubetol e Musculação.
Onde: Espaço próprio da unidade.

15.5 Há atividades culturais/lazer?

não
 sim Quais: Diversas, como música.
Onde: Áreas livres

15.6 Se há biblioteca, como funciona o acesso das pessoas presas aos livros:

A biblioteca da escola é acessível apenas aos estudantes. Já o acesso às bibliotecas dos pavilhões é livre.

16 – Assistência Religiosa		SEMESTRAL
16.1 Há visita de religiosos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
16.2 Quais denominações visitam o estabelecimento?	<input checked="" type="checkbox"/> Espíritas <input checked="" type="checkbox"/> Evangélicos <input type="checkbox"/> Outra:	<input checked="" type="checkbox"/> Católicos <input type="checkbox"/> de Matriz Africana
16.3 Onde são realizadas as cerimônias religiosas?	<u>Na igreja da unidade ou nos pavilhões.</u>	
16.4 É permitida a entrada de objetos que fazem parte da cerimônia?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
16.5 As necessidades religiosas são consideradas com relação às vestimentas, horários e rotinas?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não

17 – Assistência Social		SEMESTRAL
17.1 Há recintos adequados para a atividade de assistência social?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
17.2 Ações de assistência social desenvolvidas:		
Contato com familiares	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Documentos	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Benefícios da Previdência Social	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Ações com os egressos	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Ações com o SUAS	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Projetos, se sim, quais:	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não

18 – Segurança		SEMESTRAL
18.1 A segurança interna é realizada por:		
<input type="checkbox"/> policiais civis	<input type="checkbox"/> policiais militares	<input checked="" type="checkbox"/> agentes penitenciários
<input type="checkbox"/> terceiros	<input type="checkbox"/> outros:	
18.2 Equipamentos disponibilizados pelos responsáveis pela segurança interna:		
Arma menos letal (bala de borracha)	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Arma letal	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Taser	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Gás de pimenta / lacrimogênio	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Cassetete / Tonfa	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
Algemas	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Rádio	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Alarme	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Circuito de vigilância interna	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Outro:	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
18.3 No caso de uso de arma de fogo:		
Os usuários têm porte de armas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
É garantido treinamento periódico?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
18.4 No caso de emprego de arma de fogo?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
18.5 No caso de uso de arma tipo Taser os registros de descarga do equipamento são identificados por servidor?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
18.6 A segurança externa é realizada por:		
<input type="checkbox"/> policiais civis	<input checked="" type="checkbox"/> policiais militares	<input type="checkbox"/> agentes penitenciários
<input type="checkbox"/> terceiros	<input type="checkbox"/> outros:	
18.7 A escolta externa é realizada por:		
<input type="checkbox"/> policiais civis	<input type="checkbox"/> policiais militares	<input checked="" type="checkbox"/> agentes penitenciários
<input type="checkbox"/> terceiros	<input type="checkbox"/> outros:	

18.8 Há escolta externa específica para área de saúde:	
<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
18.9 Existe grupo de intervenção especial vinculado à unidade?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
18.10 Caso exista, quem são os envolvidos:	
<input type="checkbox"/> policiais civis	<input type="checkbox"/> policiais militares
<input type="checkbox"/> terceiros	<input type="checkbox"/> outros:
Obs.: caso haja necessidade, são acionados o GOE, Ciods, batalhão de choque etc.	
18.11 Equipamentos disponibilizados para o controle da entrada:	
Portal detector de metal	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Raquete detectora de metal	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Banco detector de metal	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
Raio X	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Espectômetro	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
Boddy Scanner	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
Outro:	

19 – Disciplina e ocorrências		MENSAL
19.1 Há registro de imposição de sanção disciplinar aos presos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.2 Qual a forma adotada para o registro?	<input type="checkbox"/> Livro	<input type="checkbox"/> PAD
	<input checked="" type="checkbox"/> Procedimento Eletrônico	
	<input type="checkbox"/> Outro	
19.3 No registro da sanção de natureza grave é anotado o prévio procedimento disciplinar?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.4 Há sanção disciplinar de natureza grave sem instauração do respectivo procedimento?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
19.5 Toda notícia de falta disciplinar enseja a instauração de procedimento?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.6 A falta disciplinar é reconhecida judicialmente?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.7 São executadas sanções coletivas?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
19.8 É observado o direito de defesa do preso?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Se sim, em qual fase?	<input checked="" type="checkbox"/> fase administrativa	
	<input type="checkbox"/> fase judicial	
19.9 O ato administrativo que determina a aplicação da sanção disciplinar é motivado?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
19.10 Quais as condições da cela usada para aplicação de sanção disciplinar?	<u>Não há cela</u>	
19.11 Qual o maior período aplicado de isolamento?	<input type="checkbox"/> 10 dias	<input type="checkbox"/> 20 dias
	<input checked="" type="checkbox"/> 30 dias	<input type="checkbox"/> outro:
19.12 Qual o tempo médio de rebaixamento de comportamento ou reabilitação por falta grave?		
19.13 Qual o número de sanções por falta grave (mês)?		
19.14 Houve motins ou rebeliões nos últimos 12 meses?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
19.15 Ocorrências nos últimos 12 meses:	Mulheres	Homens
19.16 Fugas (pessoas)	-	0
19.17 Pessoas evadidas	-	0
19.18 Saídas temporárias (pessoas)	-	0
19.19 Mortes naturais	-	2
19.20 Mortes por homicídio	-	0
19.21 Mortes acidentais	-	0
19.22 Mortes por suicídio	-	0
19.23 Incidentes com funcionários (pessoas)	-	0

20 – Visitas		SEMESTRAL
20.1 A visita social ocorre regularmente?	<input checked="" type="checkbox"/> sim frequência: semanal <input type="checkbox"/> não	
20.2 Quantas pessoas podem ser cadastradas por preso para realizarem a visita?	<input type="checkbox"/> 1 ou 2 <input type="checkbox"/> 3 ou 4 <input type="checkbox"/> 5 ou 6 <input checked="" type="checkbox"/> 6 ou 7 <input type="checkbox"/> 8 ou mais	
20.3 Quantas pessoas podem realizar a visita por vez?	<input type="checkbox"/> 1 ou 2 <input checked="" type="checkbox"/> 3 ou 4 <input type="checkbox"/> 5 ou 6 <input type="checkbox"/> 7 ou 8 <input type="checkbox"/> 9 ou mais	
20.4 Qual o local que ocorre a visita social:	<input checked="" type="checkbox"/> pátio de visita <input checked="" type="checkbox"/> pátio do banho de sol <input checked="" type="checkbox"/> celas <input type="checkbox"/> outro:	
20.5 Há local específico para visita de crianças?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
20.6 Há permissão para visitas íntimas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim frequência: semanal <input type="checkbox"/> não	
20.7 Há permissão para visitas íntimas homoafetivas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
20.8 Qual o local que ocorre a visita íntima?	<input type="checkbox"/> módulo de visita íntima <input type="checkbox"/> pátio do banho de sol <input type="checkbox"/> celas <input type="checkbox"/> outro:	
20.9 Quais os procedimentos de revista dos visitantes?	<input checked="" type="checkbox"/> mecânica (detector de metais, raquetes, banco, espectômetro) <input type="checkbox"/> manual sem desnudamento <input type="checkbox"/> com desnudamento <input type="checkbox"/> outro:	
20.10 É permitida a visita de menores de 18 anos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	

21 – Relato das pessoas presas ou de funcionários		MENSAL
21.1 Há reclamações sobre quais aspectos:	<input type="checkbox"/> Instalações <input checked="" type="checkbox"/> Assistência Jurídica <input checked="" type="checkbox"/> Assistência Saúde <input type="checkbox"/> Assistência Educacional <input type="checkbox"/> Assistência social <input type="checkbox"/> Atividades Esportivas <input type="checkbox"/> Lazer <input checked="" type="checkbox"/> Visita <input type="checkbox"/> Maus tratos ou tortura <input checked="" type="checkbox"/> Outros: <u>superlotação, falta de torneira e chuveiro, controle da água, alimentação.</u>	
21.2 No caso de maus tratos ou tortura, há indícios dos fatos relatados?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Ferimentos no corpo <input type="checkbox"/> Marcas de projéteis nas celas ou outros ambientes <input type="checkbox"/> Relatos idênticos em diferentes alas <input type="checkbox"/> Nas datas dos eventos houve cancelamento de visita, entrada de grupos especiais de intervenção, transferência de presos, movimentações noturnas ou outra situação atípica <input type="checkbox"/> Locais característicos como ambiente de castigo (sem colchão, sem sanitário, sem iluminação, sem ventilação, sujos, com insetos, entre outros aspectos) <input type="checkbox"/> Uso de bala clava (capuz) <input type="checkbox"/> Outros:	
21.3 Quais providências foram tomadas para apurar os fatos até o momento?	<input type="checkbox"/> Exame de corpo de delito <input type="checkbox"/> Denúncia formalizada ao Juiz ou Ministério Público <input type="checkbox"/> Inquérito <input type="checkbox"/> Instauração de procedimento administrativo	

	<input type="checkbox"/> Outro:	
21.4 Quais providências serão tomadas para apurar os fatos a partir de agora?	<input type="checkbox"/> Exame de corpo de delito <input type="checkbox"/> Denúncia formalizada ao Juiz ou Ministério Público <input type="checkbox"/> Inquérito <input type="checkbox"/> Instauração de procedimento administrativo <input type="checkbox"/> Outro:	
21.5 Há orientação no estabelecimento quanto à forma de acessar:	<input type="checkbox"/> Ouvidoria <input type="checkbox"/> Corregedoria <input type="checkbox"/> Disque 100 <input type="checkbox"/> Outro:	<input type="checkbox"/> Conselho da Comunidade <input type="checkbox"/> Conselho Penitenciário <input type="checkbox"/> Comissão de DH da OAB
21.6 Outras informações:		

22 – Diversos		SEMESTRAL
22.1 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre o funcionamento do estabelecimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
22.2 No momento da inclusão da pessoa presa, há explicações sobre direitos e deveres do preso?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
22.3 Quando se aproxima a liberdade há algum trabalho realizado para preparação do preso?	<input type="checkbox"/> sim	Frequência: _____ <input type="checkbox"/> não
22.4 É permitida a entrada de jornais e revistas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
22.5 Como funciona o envio e recebimento de correspondências?	<u>Um agente envia e pega as correspondências nos Correios.</u>	
22.6 As pessoas presas têm acesso a telefone público?	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
22.7 Há alistamento, transferência e revisão eleitoral de presos provisórios? Motivo:	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não <u>Falta de convênio com o Poder Judiciário.</u>
22.8 É permitido o uso de:		
a. Rádio/Aparelho de Som	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
b. TV	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
c. Vídeo/DVD	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
d. Geladeira	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
e. Fogão/Fogareiro/Mergulhão/Rabo Quente	<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
f. Ventilador	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
g. Outros:		
22.9 Há organizações não governamentais atuando no estabelecimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não

22.10 Se existe, em quais áreas:	<input type="checkbox"/> gestão <input type="checkbox"/> saúde <input type="checkbox"/> trabalho <input type="checkbox"/> comunicação <input type="checkbox"/> reciclagem <input checked="" type="checkbox"/> Outras:	<input type="checkbox"/> educação <input checked="" type="checkbox"/> assistência social <input type="checkbox"/> religiosa <input checked="" type="checkbox"/> cidadania <input type="checkbox"/> manutenção
Qual a frequência:	<input type="checkbox"/> diária <input type="checkbox"/> quinzenal <input checked="" type="checkbox"/> esporádico	<input type="checkbox"/> semanal <input type="checkbox"/> mensal <input type="checkbox"/> outro:
22.11 Como é tratado o lixo produzido no estabelecimento?	<input type="checkbox"/> separado <input type="checkbox"/> não é recolhido <input type="checkbox"/> outro:	<input type="checkbox"/> reciclado <input type="checkbox"/> coleta municipal

23 – Inspeções		MENSAL
23.1 O estabelecimento é inspecionado regularmente por:		
a. Juiz Corregedor	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Frequência: Quinzenal
b. Juiz de Execução Obs.: Também é o Juiz Corregedor, Luiz Rocha.	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Frequência: Quinzenal
c. Ministério Público	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Frequência: Quinzenal
d. Defensor Público	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Frequência: _____
e. Conselho Penitenciário	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Frequência: Anual
f. Conselho da Comunidade	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Frequência: _____
g. Conselho Estadual de Direitos Humanos ou Comitê Estadual de Combate à Tortura	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Frequência: Mensal
c. Comissão de Direitos Humanos da OAB	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Frequência: _____
h. Pastoral Carcerária	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Frequência: Semanal
iii. Outros: <u>Serviço Ecumênico de Militância nas Prisões (SEMPRI).</u>		

24 – Valoração sobre os itens inspecionados	SEMESTRAL
---	-----------

Item avaliado	Ótimo 10-9	Bom 8-7	Regular 6-4	Ruim 3-0	Não avaliado
24.1. Estrutura predial		X			
24.2 Manutenção		X			
24.3 Limpeza			X		
24.4 Ventilação das celas				X	
24.5 Iluminação das celas				X	
24.6 Insolação das celas				X	
24.7 Cozinha					
24.8 Refeitório					
24.9 Assistência à saúde		X			
24.10 Assistência à educação		X			
24.11 Assistência jurídica				X	
24.12 Assistência social					
24.13 Atividades laborais		X			
24.14 Cella para isolamento/seguro					
24.15 Cella de sanção disciplinar					

24.16 Local de visita social					
24.17 Local de visita íntima					
24.18 Pátio de sol					
24.19 Alojamento dos agentes					
24.20 Segurança					
24.21 Procedimentos da unidade					

25 – Conclusão

SEMESTRAL

25.1 Irregularidades encontradas com base na Lei n.º 7.210/84 (Lei de Execução Penal - LEP), Constituição Federal/88, Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), Resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, Lei n.º 9.455/97 (Crimes de Tortura), Lei 10.172/2011 - Plano Nacional de Educação, e Portaria Interministerial - Saúde e Justiça - n.º 1.777/2003.

X	Ocupação total superior à capacidade da unidade (art. 85 da LEP)
X	N.º de presos por cela superior ao n.º definido em lei (art. 88 da LEP)
	Presença de pessoas com idade acima de 60 anos junto aos demais presos (art. 82, § 1º da LEP)
	Irregularidade na distribuição dos presos nas celas, com presença de presos provisórios junto a presos condenados e presos primários com reincidentes (art. 84, § 1º da LEP, art. 7º da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
	Falta de programa individualizador da pena privativa de liberdade (art. 6º da LEP)
-	Existência de pessoas presas por medida de segurança cumprindo pena junto aos demais presos (anexo da Resolução n.º 05/2004 do CNPCP, e art. 4º, Resolução n.º 12/2009 do CNPCP)
-	Presença de adolescentes no estabelecimento (arts. 123 e 185 do ECA);
-	Presença de mulheres em ambientes de homens (art. 82, § 1º da LEP)
-	Presença de agentes do sexo masculino nas dependências internas dos estabelecimentos penais femininos (art. 83 § 3º da LEP)
-	Inexistência de berçário para crianças nas unidades prisionais femininas (art. 83 § 2º da LEP, e art. 10, Resolução n.º 4/2009 do CNPCP)
-	Ausência de seção para gestante e parturiente nos estabelecimentos penais femininos (art. 89 da LEP)
-	Ausência de creche para abrigar crianças entre 06 meses e 7 anos nos estabelecimentos penais femininos (art. 89 da LEP)
X	Ausência ou número insuficiente de camas individuais (art. 8º, § 2º da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
	Condições precárias de higiene e limpeza das celas (art. 9º da Resolução n.º 14/94 CNPCP)
-	Falta de cardápio alimentar orientado por nutricionistas (art. 13 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
-	N.º de refeições por dia inadequado às necessidades dos presos (art. 13 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
	Roupas fornecidas pelo estabelecimento impróprias às condições climáticas (art. 12, caput, da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
	Roupas sujas e/ou em mau estado de conservação (art. 12, § 2º da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
	Inexistência de local para aquisição de produtos permitidos para higiene pessoal, mas não fornecidos pela administração (art. 13 da LEP)
	Inexistência de sanitário na própria cela (art. 88, caput, da LEP)
X	Falta de assistência jurídica regular aos presos carentes (arts. 15, 16 e 41, VII da LEP)
	Ausência de instalação destinada à Defensoria Pública (art. 83 § 5º da LEP)

X	Inexistência de local destinado a atividades de estágio para universitários (art. 83, § 1º da LEP)
	Inexistência de curso de alfabetização (art. 40, p. un. da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
	Inexistência de educação de ensino fundamental (art. 18 da LEP, meta 17 da Lei 10.172/2001)
X	Inexistência de educação de ensino profissional (art. 19 da LEP, meta 17 da Lei 10.172/2001)
-	Ausência de biblioteca (art. 21 da LEP)
-	Não oferecimento de atividade física e/ou recreação (art. 23, IV e art. 41, V e VI da LEP, art. 14 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
-	Ausência de sala de aula para cursos básico e profissionalizante (art. 83 § 4º da LEP)
-	Falta de serviço de assistência social (arts. 22 e 41, VII da LEP)
	Inexistência de cursos de qualificação para o servidor penitenciário (art. 77, § 1º da LEP e art. 49 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
	Ausência de equipe de saúde própria nas unidades com mais de 100 presos (art. 8º da Portaria Interministerial - Saúde e Justiça - n.º 1.777, de 09/09/2003)
-	Não disponibilização dos medicamentos básicos do SUS (art. 8º, § 4º da Portaria Interministerial - Saúde e Justiça - n.º 1.777/2003)
X	Nº de agentes penitenciários inferior ao recomendado: 5 presos por agente penitenciário, no mínimo (art. 1º, Resolução nº 09/2009 do CNPCP)
X	Ausência de profissionais da equipe técnica ou nº insuficiente abaixo do recomendado (art. 2º, Resolução nº 09/2009 do CNPCP)
	Inexistência de audiência especial com o diretor do estabelecimento (art. 41, XIII da LEP)
-	Falta de concessão de banho de sol regular aos presos (art. 14 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP)
-	Proibição da utilização dos meios de informação (art. 41, XV da LEP)
-	Proibição da utilização de correspondência escrita externa (art. 41, XV da LEP);
	Falta de tratamento nominal dos presos (art. 41, XI da LEP e art. 4º da Resolução n.º 14/94 do CNPCP);
	Inexistência de local específico para guarda de objetos pessoais dos presos (art. 45, §§ 1º e 2 da Resolução n.º 14/94 do CNPCP);
	Impedimento de visita íntima para relações homoafetivas (art. 2º, Resolução nº 04/2011 do CNPCP)
	Inexistência de Comissão Técnica de Classificação dos Condenados (art. 6º da LEP)
	Deficiência na composição da Comissão Técnica (art. 7º da LEP)
	Condições inadequadas de realização de trabalho: Trabalho não remunerado (arts. 29 e 41, II da LEP); Jornada reduzida ou ampliada (art. 33 da LEP); Tipo de trabalho incompatível com a condição de idoso, doente ou pessoa com deficiência (art. 32, §§ 2º e 3º da LEP); Inexistência de trabalho voltado para a reinserção social do condenado (art. 23, V da LEP);
	Indícios de ocorrência de atos tipificados como tortura (Lei 9.455/97)

5. Reunião com órgãos da execução penal, autoridades e convidados

A reunião foi realizada no dia 31/03, das 09h30 às 11h25, no auditório da Controladoria do Estado de Pernambuco, comparecendo a equipe de inspeção, a magistrada francesa em serviço na Embaixada da França no Brasil, Carla Deveille-Fontinha (a qual acompanhava a equipe de inspeção) e as seguintes autoridades do estado e convidados: Pedro Eurico de Barros e Silva (Secretário de Justiça e Direitos Humanos); Marianna Granja (Defensora Pública/DPPE); Joanna Malheiros (Defensora Pública/DPPE); Ronaldo Lira Silva (Promotor de Justiça/MPPE); Irene Cardoso Sousa (Promotora de Justiça/MPPE); Luís Sávio Silveira (Promotor de Justiça/MPPE); Liliane Asfore (Promotora de Justiça/MPPE); Marcellus Ugiette (Promotor de Execução Penal/MPPE); Jorge Neves (Presidente do Conselho Penitenciário de PE); Daniele Castro (Conselho Penitenciário de PE); Isabel Cristina Holanda Leite (Conselho Penitenciário de PE); Agilana de Inojosa Barbosa (Corpo de Bombeiros/PE); Major Erick Marcílio Aprígio da Silva (Corpo de Bombeiros/PE); Rosemere Nunes (SJDH); Valderize Campos (SJDH); Dilma Oliveira (SERES); Valéria Fernandes (SERES); Lorenza Pinto de Lemos (SERES); Lúcia Gominho (SERES); Ane Almeida (SERES); Anna Carolina de Lima (SERES); Juliane Lustosa (SERES); Cláudia Mendes (Secretaria de Educação/SEE/PE); Paulo Muniz; e Luiz Rocha, juiz da 1ª VEP.

Segundo o conselheiro Luiz Bressane, presidente do CNPCP, este é um dos órgãos da execução penal responsáveis por inspecionar os presídios, auxiliando o Ministério da Justiça na elaboração da política criminal e penitenciária. O Conselho é contrário à proposta de enfrentamento da criminalidade por meio do encarceramento - racionalização do uso da prisão enquanto única resposta penal. Destacou situações que demandam ações de muitos segmentos, como é o caso do estado de Pernambuco.

Segundo Bressane, quanto à prisão provisória, é necessário implementar a audiência de custódia. Informou que, no estado de São Paulo, a perspectiva é a apresentação diária de cerca de 100 presos, com resultados imediatos. O conselheiro assegurou que a audiência de custódia é um grande passo e que o CNPCP vem buscando fomentar essa política em todos os estados para a sua implementação, a qual demanda a participação do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública. A necessidade de expandir o monitoramento eletrônico foi destacada, o qual deve ser um substitutivo da prisão e não uma política de controle.

A conselheira Mariana Lobo destacou que o CNPCP está revisando o Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária de 2011. Houve, por parte da conselheira, a proposição de três agendas prioritárias para o sistema penitenciário de Pernambuco:

1ª - com o Tribunal de Justiça, destacando a necessidade de monitoramento eletrônico para os presos do semiaberto e não apenas para saída temporária. Ressaltando o Monitoramento como uma política de desencarceramento e não de apenas de controle.

2ª - com a Defensoria Pública: necessidade de mais defensores públicos na área da execução penal e que esta seja uma prioridade; e

3ª - a necessidade de uma presença maior do Estado nos estabelecimentos, por exemplo, aumentando o efetivo de agentes penitenciários.

O secretário Pedro Eurico informou que se reuniu no Palácio com o núcleo de gestão do governo para tratar da construção de novas unidades. Dessa forma, apresentou outras informações, a saber:

- o estado está tratando da construção de um presídio de segurança máxima; pelo levantamento realizado pela Secretaria, essa unidade custará 35 milhões de reais e gerará 530 vagas;

- há uma dificuldade dentro do sistema prisional pernambucano, pois há 32 mil presos encarcerados e apenas 9 mil vagas. Portanto, precisaria construir mais 20 mil vagas, pois, pelo cálculo realizado pela Secretaria, se fossem atender as 20 mil vagas, teriam de construir 28 unidades, o que daria algo em torno de 1 bilhão de reais, sem custeio. E para operar 30 unidades precisariam de 5 mil agentes;

- o governo estadual contratou 20 advogados para atuarem dentro do sistema prisional do Estado;

- será realizado concurso para a Defensoria Pública, o qual se encontra em andamento. Em aparte, a defensora pública Marianna Granja informou que a Defensoria solicitou mais 30 defensores.

O secretário Pedro Eurico ressaltou que está provado que a construção de unidades por si só não vai resolver o problema do sistema penitenciário. Entretanto, asseverou que o que o governo está fazendo e pensando é de que há, sim, necessidade de construir novas unidades, como o Complexo de Araçoiaba. E informou que havia um projeto de Parceria Público-Privada (PPP) que não vingou [construção de uma unidade em Itaquitinga]. Segundo o secretário, o estado está tomando todas as medidas necessárias para a humanização do sistema e foram liberados recursos na ordem de 8 milhões de reais, para a recuperação do Complexo. E também para a construção de mais um pavilhão no Centro de Observação Criminológica e Triagem Professor Everardo Luna (COTEL). A meta, segundo o secretário, é passar os 4 anos construindo, chegando ao máximo. Mas asseverou que é preciso resolver o problema de Itaquitinga.

O secretário disse que o estado transpôs o limite da lei de responsabilidade fiscal. Por isso, há uma determinação do governo de limitar contratação até o final do ano. No entanto, ressaltou que a dificuldade é nacional e que, por isso, não podem colaborar para o agravamento dessa crise. O secretário ofereceu exemplos de estados que estão passando por essa dificuldade, como o Paraná e o Rio Grande do Sul. Segundo Pedro Eurico, a vantagem de Pernambuco é que é um estado adimplente e tem um baixo endividamento da dívida pública. Em relação aos precatórios, afirmou que tem estados que se insurgiram, como o Rio de Janeiro, pelo que foi fixado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O) secretário garantiu que as providências necessárias serão tomadas pelo Estado e avançará em temas como o da audiência de custódia e destacou a necessidade de se avançar medidas de desencarceramento.

Marcellus Ugiette se referiu à presença de vários promotores de Justiça na reunião, afirmando que o Ministério Público é um órgão comprometido com a causa do sistema prisional. Mesmo porque o MP da execução penal demanda muito mais do que as questões judiciais. O promotor informou que entregou ao secretário alguns diagnósticos sobre o sistema prisional. E que também deixou em Brasília, na semana anterior, com o DEPEN e o CNPCP, a proposta do desencarceramento responsável. Segundo Ugiette, é preciso utilizar a tecnologia como instrumento para ajudar o desencarceramento. Argumentou que 30 a 40% das pessoas que estão nas unidades prisionais poderiam estar de fora. No entanto, ressaltou que a filosofia do encarceramento não é uma filosofia apenas do Executivo, mas também do Judiciário e do MP. Ugiette criticou o programa do governo estadual, o "Pacto Pela Vida", que, segundo argumentou, focou na questão do encarceramento pagando bônus para que a polícia prenda mais. Assim, disse que muita coisa deve ser filtrada pelo MP e pelo Judiciário, sendo necessário compartilhar as responsabilidades. Outra necessidade, segundo o promotor, é uso das medidas cautelares, mas com a criação de critérios objetivos para o monitoramento. O promotor considerou que o Decreto nº 8.380/2014 do indulto apresenta uma forma de melhorar essa questão. Por fim, Ugiette afirmou que o Conselho Penitenciário também necessita de apoio.

O sociólogo Naum Pereira informou que acompanha o sistema prisional pernambucano desde 2012, afirmando que a abertura da nova gestão para o diálogo e a tomada de providência é um ponto positivo que deve ser ressaltado. Também salientou que outros pontos positivos são:

- percentual acima da média nacional de pessoas presas envolvidas em atividades educacionais e laborais. Exemplificou que a estrutura para atividades educativas nos presídios inspecionados é boa;
- fim da revista vexatória;
- algumas ações positivas no campo da saúde, oferecendo como exemplo a parceria entre as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, com a municipalização da saúde, e a adesão do Estado à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no sistema prisional (Pnaisp), o que levou a uma ação conjunta entre o governo federal e o governo estadual para realização de cadastramento prioritário das equipes médicas, pelo governo estadual, no contexto da Pnaisp, em articulação com o Ministério da Saúde. Informou que haverá aparelhamento e reaparelhamento, pelo governo estadual, com apoio financeiro do DEPEN, de ambulatórios e Unidades Básicas de Saúde do Complexo Prisional do Curado, entres outros estabelecimentos penais do estado. Nesse caso, informou que o governo federal também equipará 06 unidades de saúde no sistema prisional pernambucano.

No entanto, o sociólogo argumentou que é necessário avançar muito para atender as medidas provisórias impostas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. Quanto à estrutura médica do PJALLB, por exemplo, disse que estava ruim, mas em reforma. Segundo o sociólogo, alguns pontos negativos verificados foram:

1º - a superlotação e o efetivo insuficiente agravam o problema, tornando a área de saúde ainda precária;

2º - a presença de vários animais no PJALLB, com possibilidade de reprodução de doenças;

3º - problema no acondicionamento do lixo; o sociólogo afirmou que o estado precisa realizar um armazenamento mais adequado do lixo, por meio de contêineres. Por exemplo: no PJALLB havia caçambas para armazenamento do lixo, mas em alguns locais ainda havia o lixo sem acondicionamento adequado.

O sociólogo também cobrou a reativação do Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura (MEPCT/PE), compromisso que o secretário assumiu durante a 3ª reunião do Fórum de Monitoramento das Medidas Provisórias da Corte. Nesse caso, o secretário informou que os membros do Mecanismo já foram contratados e legalizados.

Em seguida, o conselheiro penitenciário Jorge Neves disse que estava muito otimista com a vinda do CNPCP e da Ouvidoria do DEPEN, sendo uma oportunidade para o Conselho Penitenciário, pois a inspeção ao Complexo já estava na programação do COPEN. O conselheiro informou que o COPEN já realizou inspeção em 06 das 20 unidades prisionais do estado. Segundo Neves, o COPEN só realiza inspeção anual por falta de estrutura. Mas a intenção, agora, é realizar inspeções semestralmente. Jorge Neves disse que ficou bastante impressionado com a situação das 03 unidades inspecionadas, principalmente com o pavilhão N do PJALLB. Segundo Neves, esse pavilhão é uma violação permanente de direitos humanos. Já em Igarassu, disse que a coisa é mais racionalizada. Por isso, ressaltou que se devia pensar numa forma de humanizar o Complexo. Disse que também apresentará um relatório acerca da inspeção realizada.

A defensora pública Marianna Granja realizou as seguintes considerações:

1ª - o quadro na Defensoria Pública é insuficiente; ressaltou que o concurso é para apenas 20 vagas, mas já há conversa para tentar ampliar esse número. Disse que, caso consigam mais cargos, o defensor público geral informará todos no sistema prisional. Segundo Marianna Granja, só em Igarassu seriam 04 defensores públicos; já na capital, apenas 03 defensoras atuam na execução penal. Marianna Granja disse que também fazem atendimento das famílias na capital. Além disso, há 10 defensores públicos atuando em outras unidades prisionais, como a Colônia Penal Feminina de Recife e no semiaberto da APAE;

2ª - a audiência de custódia é um ponto importante. Disse que em breve terão a audiência de custódia para diminuir a porta de entrada; e

3ª - a força tarefa realizada no início do mês de março pela "Defensoria sem fronteiras", com a participação de 08 defensores do estado e 40 de outras Unidades da Federação, tinha a meta de atender todos os detentos, mas foi realizada uma escolha; durante as duas semanas de realização da força tarefa, conseguiram atender 5.200 presos. Informou, por exemplo, que apenas um preso gerou 04 tipos de pedidos diferentes. Os pedidos foram realizados para as Varas de Execuções Penais. Segundo Marianna Granja, a Defensoria de Pernambuco está buscando ampliar o atendimento.

A promotora de Justiça Irene Cardoso informou que, dos 32 mil presos de Pernambuco, a 1ª VEP fica com 16 mil. Disse que esse número é mais real do que se pensa, ou seja, metade da demanda judicial num só lugar, das 4 VEP's, sem contar com os abertos, que também ficam sob a tutela da 1ª Vara. Quanto ao MP, disse que abriu vários procedimentos judiciais em 06 eixos, por meio de um grupo temático: saúde, segurança institucional, violência, educação, jurídico e superlotação. Disse que na educação o prejuízo é diurno, pois um dia atende o aberto, outro o semiaberto. Além disso, há um difícil acesso dos professores. A promotora ressaltou o avanço na municipalização da saúde. Todos esses 06 eixos estão documentados nos inquéritos civis que tramitam na Promotoria. No entanto, há poucos agentes penitenciários para entrar nas unidades para dar medicação. Assim, disse que, quando necessita de medicação, o doente coloca a bunda para fora da grade e a recebe do técnico. Informou que, no MP, as tarefas são divididas, sendo que os encaminhamentos são realizados para quem está no dia a dia das unidades. A promotora ressaltou que o PAMFA tem sala de aula, mas não tem escola. Por fim, colocou-se à disposição para qualquer questionamento sobre as unidades pelas quais é responsável.

O promotor Luís Sávio destacou preocupação com a implementação da audiência de custódia em virtude do atual diagnóstico da não aplicação de medidas cautelares em virtude da ausência de fiscalização. Argumenta a articulação entre os trabalhos da Polícia Militar (PM), do Conselho Penitenciário, da Chefia de Apoio a Egressos e Liberados (CAEL), e a criação de um departamento de fiscalização das medidas cautelares. Por fim, assegurou que o desencarceramento responsável é uma contribuição do MPPE.

Por último, o conselheiro Luís Bressane respondeu que, quanto à audiência de custódia, uma das resistências é de que não há fiscalização às medidas cautelares. Na verdade, segundo Bressane, deve-se partir de um pressuposto: há um índice muito grande de encarceramento provisório. E são basicamente 08 tipos penais que levam ao encarceramento, havendo um índice altíssimo de crime por furto. Bressane, por isso, indagou: como fiscalizar? Segundo o conselheiro, a lei propiciou um crescimento gigantesco do aparato do Estado e, por isso, é preciso modificar a concepção acerca do sistema prisional. E ofereceu como exemplo a audiência de custódia no estado de Rondônia, com a apresentação do preso ao juiz. Bressane afirmou que pessoalizar a prisão é significativo. Por fim, solicitou o relatório da Defensoria, dando encerramento à reunião.

6. CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Considerações

Histórico

Em 2011, o Estado de Pernambuco recebeu denúncia na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA), da Pastoral Carcerária Nacional, Pastoral Carcerária de Pernambuco, Serviço Ecumênico de Militância nas Prisões (SEMPRI), Justiça Global e Clínica Internacional de Direitos Humanos da Universidade de Harvard, acerca da situação das pessoas privadas de liberdade no então Presídio Professor Aníbal Bruno (PPAB). Assim, no dia 04 de agosto de 2011, a CIDH adotou medidas cautelares ao Estado brasileiro em favor das pessoas privadas de liberdade no PPAB. Ao adotar as medidas cautelares, a CIDH considerou insuficientes as respostas dadas pelo Estado brasileiro no dia 08/07/2011. Por isso, solicitou do Estado brasileiro o seguinte:

1. adotar todas as medidas necessárias para proteger a vida, integridade pessoal e saúde das pessoas privadas da liberdade no Presídio Professor Aníbal Bruno na cidade de Recife, Estado do Pernambuco;
2. adotar as medidas necessárias para aumentar o pessoal de segurança do Presídio Professor Aníbal Bruno e garantir que sejam os agentes das forças de segurança do Estado os encarregados das funções de segurança interna, eliminando o sistema dos chamados "chaveiros" e assegurando que não lhes sejam conferidas às pessoas privadas da liberdade funções disciplinares, de controle ou de segurança.
3. assegurar o provimento de uma atenção médica adequada aos beneficiários, oferecendo atendimento médico que permita a proteção da vida e da saúde dos beneficiários;
4. adotar todas as medidas necessárias para evitar a transmissão de doenças contagiosas dentro do Presídio Professor Aníbal Bruno, inclusive através de uma redução substantiva da superpopulação das pessoas ali privadas de liberdade;
5. adotar estas medidas em consulta com os representantes dos beneficiários; e
6. informar sobre as ações adotadas a fim de diminuir a situação de superpopulação verificada no Presídio Professor Aníbal Bruno.

Após as medidas cautelares, nova resposta à CIDH foi realizada pelo Estado brasileiro, em que se informou sobre os investimentos que estavam sendo feitos na área de saúde, infraestrutura e dos esforços para diminuir a superlotação do atual Complexo Prisional do Curado. No mês de outubro de 2012, as medidas cautelares foram ampliadas pela CIDH, objetivando a proteção dos visitantes do então PPAB e dos servidores da unidade. Em resposta, também em outubro, o Estado brasileiro informou à CIDH que o PPAB não existia mais, tendo sido dividido em 03 estabelecimentos penais, desde o dia 07/02/2012, a saber: Presídio Juiz Antonio Luiz Lins de Barros (PJALLB), de segurança mínima; Presídio ASP Marcelo Francisco de Araújo (PAMFA), de segurança média, e Presídio Frei Damião de Bozzano (PFDB), de segurança máxima. Cada uma dessas unidades com administração própria e independente. As 03 unidades formam o atual Complexo Prisional do Curado, na cidade de Recife. Ressalta-se que a divisão do PPAB em

03 unidades foi realizada por sugestão do CNPCP.

Em novembro de 2012, no dia 27, o CNPCP, a Ouvidoria do Sistema Penitenciário do DEPEN e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) inspecionaram os Presídios Frei Damião de Bozzano (PFDB) e Juiz Antonio Luiz Lins de Barros (PJALLB). No dia seguinte ocorreu uma audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. A intenção era verificar as condições do Complexo Prisional do Curado e as principais modificações ocorridas desde a última inspeção do CNPCP ao estado.

Em outubro de 2013 ocorreu uma reunião interinstitucional na sede da Procuradoria da República de Pernambuco para tratar do objeto do inquérito civil nº 1.26.000.002034/2011-38, que versa sobre o Complexo Prisional do Curado. Participaram da reunião representantes dos poderes Executivo e Judiciário, Ministério Público (MP), Defensoria Pública (DP) e sociedade civil do estado e representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE), da SDH/PR, MJ e Ministério da Saúde (MS). Nessa reunião foi acordada a criação de um Fórum Permanente para o Acompanhamento das Medidas Cautelares delimitadas pela CIDH (os pontos relevantes eram: procedimentos que tratam do Complexo no âmbito do MP, controle do uso de munições, controle do número de óbitos e medidas preventivas, tratamento de denúncias, questões de saúde e coleta de lixo), a criação de um momento reservado para tratar de denúncias sigilosas realizadas durante o monitoramento, bem como o repasse de informações solicitadas pelos petionários.

Em 09/04/14 a CIDH considerou que a situação era de extrema gravidade e urgência, com risco iminente de danos irreparáveis aos direitos à vida e integridade física dos presos do Complexo Prisional do Curado e das outras pessoas presentes na unidade prisional (servidores e visitantes), e, por isso, resolveu acionar o mecanismo de medidas provisórias na Corte Interamericana de Direitos Humanos. As medidas provisórias foram outorgadas por meio da Resolução de 22/05/2014, solicitando a adoção, por parte do Estado brasileiro, das seguintes medidas, em curto prazo:

- a) elaborar e implementar um plano de emergência em relação à atenção médica, em particular, aos reclusos portadores de doenças contagiosas, e tomar medidas para evitar a propagação dessas doenças;
- b) elaborar e implementar um plano de urgência para reduzir a situação de superlotação e superpopulação no Complexo do Curado;
- c) eliminar a presença de armar de qualquer tipo dentro do Complexo do Curado;
- d) assegurar as condições de segurança e de respeito à vida e à integridade pessoal de todos os internos, funcionários e visitantes do Complexo do Curado;
- e) eliminar a prática de revistas humilhantes que afetem a intimidade e a dignidade dos visitantes.

Até o presente momento, foram realizadas 03 reuniões do Fórum de Monitoramento das Medidas Provisórias da Corte da OEA, sendo que um plano de trabalho foi elaborado, para atendimento da resolução da Corte. Concluído em fevereiro de 2015, o prazo final para a pactuação do plano de trabalho foi o dia 20/04/2015. Participam do Fórum representantes dos seguintes órgãos: DEPEN; MRE; SDH; MS; MPPE; Ministério Público Federal; Tribunal de Justiça (TJPE); DPPE; Defensoria Pública da União (DPU); Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH); Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH); SERES; SES; órgãos de Segurança Pública (Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa – DHPP; Polícia Militar); COPEN/PE; Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco; sociedade civil e petionários.

É importante lembrar que, em fevereiro do ano corrente, o DEPEN e o governo estadual, pactuaram um conjunto de medidas para o sistema prisional pernambucano (com a colaboração do Ministério Público, Defensoria Pública e Poder Judiciário), comprometendo-se em:

- apresentação de proposta ao Poder Judiciário para *"apresentação de proposta ao Poder Judiciário de implementação da audiência de apresentação dos presos em flagrante, para qualificar o processo decisório de aplicação de alternativa penal ou prisão provisória"*;
- implementação *"de serviço de alternativas penais e monitoração eletrônica (tornozeleiras), no fórum criminal da capital, de forma a dar o suporte adequado para o controle do cumprimento das condições fixadas judicialmente"*;
- *"Disponibilização, pela Defensoria Pública, de 48 defensores públicos, mobilizados pelo CONDEGE - Colégio Nacional de Defensores Gerais, para atendimento das pessoas privadas de liberdade e revisão da situação processual dos presos do Complexo do Curado, com possibilidade de extensão do projeto para o interior do Estado"*;
- *"Estudo, pela Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, da possibilidade de nomeação de novos defensores públicos"*;
- *"Classificação, pela Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, de defensores na área criminal e de execução criminal, com atribuição de efetuar atendimentos dentro dos estabelecimentos prisionais"*;
- *"Aceleração, pelo Governo do Estado, das obras com recursos federais do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, no Complexo de Araçoiaba, para construção de 2.754 vagas no sistema carcerário pernambucano, com o incremento da contrapartida do Estado, e o apoio financeiro e assistência técnica do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça"*;
- *"Conclusão, pelo Governo do Estado, da primeira etapa da reforma do Complexo do Curado"*;
- *"Implantação de programa de manutenção continuada e reforma dos estabelecimentos prisionais pelo Governo do Estado"*.
- *"Implantação de programa de recomposição gradativa do pessoal penitenciário e modernização da atividade-meio do sistema prisional, pelo Governo do Estado"*;
- *"Criação de programas de capacitação, a partir da Escola Nacional de Serviços Penais do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e da reformulação, pelo Governo do Estado, da Escola Penitenciária do Estado de Pernambuco"*;
- *"Cadastramento prioritário das equipes médicas, pelo Governo do Estado, no contexto da PNAISP - Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional, em articulação com o Ministério da Saúde"*;
- *"Aparelhamento e reaparelhamento, pelo Governo do Estado, com apoio financeiro do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, dos ambulatórios e Unidades Básicas de Saúde do Complexo do Curado, Hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, Barreto Campelo, Igarassu e Apae (Itamaracá) e Cotel - Centro de Triagem Professor Everardo Luna"*;
- *"Doação, pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, de equipamentos tecnológicos de inspeção, com detectores de metais: 22 detectores do tipo pórtico, 77 detectores do tipo manual, 33 detectores do tipo banqueta e 6 aparelhos de raio-x"*;
- *"Doação de veículos ao sistema prisional de Pernambuco, pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça"*;
- *"Fortalecimento da Ouvidoria e da Corregedoria Prisional pelo Governo do Estado"*;
- *"Implantação, pelo Governo do Estado, de programa de supressão de armamentos letais no perímetro interno dos estabelecimentos prisionais"*;
- *"Realização de estudos pelo Governo do Estado para implementação de monitoração do complexo do Curado por sistema de câmeras (CFTV)"*.

Por fim, cabe também lembrar que há recomendações e ações dos Ministérios Públicos Federal e Estadual relativos ao Complexo, a saber:

- Recomendação nº 001/2014, de 09/06/2014, da 21ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital, recomendando aos gestores do sistema prisional e da saúde a implementação de medidas para atender à Resolução da Corte, e também aos diretores dos presídios que formam o Complexo Prisional do Curado para não admitirem pessoas privadas de liberdade provenientes de outros estabelecimentos penais, sem *"prévia autorização judicial da 1ª*

Vara Regional de Execução Penal de Pernambuco”;

- Recomendação do MPF e MPPE, de 23/07/2014, direcionada à SERES, proibindo *“expressamente o uso de apetrecho da espécie capuz ou balaclava para todos os servidores penitenciários que laboram nas três unidades prisionais do Complexo do Curado [...], salvo autorização expressa da instância máxima da pasta, sendo considerada falta grave a violação da referida determinação”*; *“providencia a confecção de crachás de identificação funcional para todos os servidores lotados e em exercício no referido complexo prisional”*, e, com os terceirizados, que *“tal identificação seja feita por meio de número de ordem inscrito nas respectivas fardas e conforme orientação às empresas responsáveis pelos contratos de trabalho”*; *“determine a utilização obrigatória e sempre em local visível, enquanto estiverem em serviço, de crachás de identificação funcional por todos os servidores lotados e terceirizados em exercício no referido complexo prisional”*;
- Pedido de interdição do Complexo Prisional do Curado, de 02/12/2014, feito pela 21ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital.

Ressalta-se que, em 2009, a Defensoria Pública Estadual ajuizou duas Ações Civis Públicas para que o governo garantisse o fornecimento de roupas de cama, colchões, vestuários, uniformes, sabonete, pasta de dente, papel higiênico etc, a saber: Processo 153628-46.2009.8.17.0001, agravo 2178-25.2010.8.17.0000 (208020-8), para todos os estabelecimentos penais do estado, exceto o HCTP; e Processo 861-74.2009.8.17.0760, agravo 5375-85.2010.8.17.0000 (211729-1), para o HCTP. Em uma das decisões judiciais, afirma-se: *“contra o ESTADO DE PERNAMBUCO, com pedido de tutela antecipada, objetivando compelir o réu a fornecer roupas e material de higiene pessoal a todos os internos, residentes e domiciliados em cadeias, presídios e penitenciárias estaduais”*; na outra, afirma-se que *“objetivando compelir o ESTADO DE PERNAMBUCO a cumprir com a obrigação de fazer consistente em propiciar aos pacientes do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, localizado neste município [Itamaracá], condições dignas de internamento com o fornecimento de vestimentas, roupas de cama, colchões, calçados, materiais de limpeza e higiene pessoal”*.

Em ambos os casos, o Estado de Pernambuco foi determinado a cumprir a decisão judicial, sob pena de pagamento de *“multa diária no valor de R\$ 3.000,00 para cada determinação não cumprida no prazo estabelecido”* (1º caso) e *“multa diária no valor de R\$ 5.000,00 [...] para o caso de descumprimento da presente decisão, sem prejuízo das demais sanções”* (2º caso).

Por fim, foram assinados no dia 09/04/15, pelo ministro da Justiça e o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), acordos de cooperação técnica visando a implantação do projeto “Audiência de Custódia” em todos os estados brasileiros. Nesse caso, será dado pelo MJ suporte à implementação do modelo através de financiamento para implantação de monitoração eletrônica e de centrais de alternativas penais.

Dados do sistema prisional pernambucano

Conforme dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias do DEPEN (InfoPen/junho de 2013), o estado de Pernambuco possui 85 estabelecimentos penais, sendo 14 penitenciárias (duas femininas), duas colônias agrícolas, 68 cadeias públicas (duas femininas) e 01 Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP). São custodiadas nesses estabelecimentos 30.894 pessoas em privação de liberdade, mas o número de vagas é de apenas 11.557, sendo o déficit, portanto, de 19.337 vagas. O percentual de presos provisórios é de 62,25%.

A maioria dessa população é jovem, situada na faixa etária entre 18 e 34 anos (74,88%): 31,23% entre 18 e 24 anos; 25,42% entre 25 e 29 anos; e 18,23% entre 30 e 34 anos. Já o nível de escolaridade dessa população carcerária é baixo: 17,11% considerados analfabetos; 8,12%, alfabetizados; 45,53%, com ensino fundamental

incompleto; e 4,01%, com ensino fundamental completo.

Quanto aos crimes tentados e/ou consumados, os dados indicam que 39,67% das pessoas se encontravam presas por crimes contra o patrimônio, principalmente roubo simples (12,12%), furto simples (8,91%), roubo qualificado (8,52%) e furto qualificado (3,47%); 23,68% por crimes contra a pessoa; e 18,31% por tráfico de entorpecentes.

O percentual de pessoas envolvidas em atividades educacionais é de 24,08%, enquanto que as envolvidas em atividades de laborterapia é de 14,70%, sendo 13,11% em trabalho interno.

Ainda segundo os dados do InfoPen, o quantitativo de servidores penitenciários atuando no sistema prisional do estado (funcionários na ativa) é de: 40 no Apoio Administrativo; 1.564 agentes penitenciários, 42 enfermeiros, 100 auxiliares e técnicos de Enfermagem, 80 psicólogos, 20 dentistas, 78 assistentes Sociais, 61 advogados, 18 médicos (clínicos gerais), um médico ginecologista, 13 médicos (psiquiatras), 110 professores e 10 terapeutas.

Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros – PJALLB

As condições da unidade não se diferenciavam daquelas encontradas na inspeção de novembro de 2012. O PJALLB possui 16 pavilhões e, por isso, foram inspecionados aqueles considerados mais problemáticos, além do pavilhão novo, inaugurado em abril do ano passado, a área administrativa, a enfermaria e a área técnica. Foi construída, na área administrativa, uma sala para atendimento da Defensoria Pública. Primeiramente foi estabelecida uma conversa inicial com o gerente da unidade, em que a equipe coletou algumas informações sobre o estabelecimento.

Os pavilhões inspecionados foram: pavilhão intitulado “Espera” (dos presos que aguardam para audiência); pavilhão 12 ou anexo “P”, intitulado, pelos peticionários, de “Minha cela, minha vida”; pavilhão 09 (“Q”); pavilhão 2 (“N”); pavilhão 4 (galpão); pavilhão 7 (“O”) ou pavilhão novo. Em todos esses pavilhões a ocupação era superior à sua capacidade. O PJALLB é uma unidade destinada apenas para presos provisórios, mas, conforme indicado neste relatório, há presos condenados, e segundo as informações obtidas, estes são cerca de 40% do total de detentos custodiados no local. A equipe também conversou com presos do pavilhão 12, mas não o adentrou.

Foi possível perceber esgoto a céu aberto, lixos sem acondicionamento adequado e vários cachorros perambulando em toda a unidade. A estrutura física dos pavilhões é extremamente precária (hidráulica, elétrica e de edificação). Como, pouco antes da inspeção, tinha chovido, havia vazamento em todo o local onde ficam os presos. Devido à superlotação, não havia cama nem colchões para todos os presos. Muitos dormem no chão, principalmente nos pavilhões de estrutura mais precária. Além disso, as condições de higiene e limpeza dos pavilhões eram extremamente precárias, com mau cheiro, lixos espalhados por diversos lugares, restos de comida etc. Diversos presos reclamaram sobre o quantitativo de pessoas nos pavilhões. Como muitos não têm colchão, foram o lençol no chão para dormir. Em função da superlotação, também reclamaram sobre as condições das celas, como calor e falta de exaustor etc. Segundo os presos, os ventiladores que utilizam não são suficientes para amenizar a situação.

Os pavilhões 02, 04, 9 e 12 são totalmente favelizados; contudo, nessa precariedade, são visíveis certas regalias, como as das celas que propiciam um pouco de conforto para alguns presos, de melhor poder aquisitivo, principalmente nos pavilhões 02 e 04, pois os outros 02 foram construídos pelos presos: o pavilhão 09, apenas o “puxadinho”, e o pavilhão 12, totalmente. A violação de direitos humanos, nesses locais, é a regra. A descrição desses pavilhões não é capaz, por mais que se tente, de expressar o horror do local, com suas degradações e desumanização.

A visita ao pavilhão 9 se deu por sugestão do próprio gerente da unidade. Ao ser perguntado por que gostaria que a equipe deveria inspecioná-lo, a resposta foi: “é pior do que o anexo”. A respeito da irregularidade de funcionamento desse pavilhão, a informação

do gerente é de que os "puxadinhos" foram autorizados pela gestão anterior. Aliás, os chamados "puxadinhos" existem também nos outros pavilhões, com exceção do pavilhão novo. Nos pavilhões 4 e 12, por exemplo, os presos "regalias", para dormir, sobem a escada e se acomodam em suas celas.

Há, ainda, a venda de diversos produtos na unidade, como água, suco, eletrônicos (controle de TV, DVD etc). Para piorar a situação, não há extintor de incêndios suficientes, mesmo no pavilhão novo, nem módulo de visita íntima, sendo esta realizada nas celas ou nos pavilhões.

Apesar da recente força tarefa da Defensoria Pública no início do mês, muitos presos se mostravam interessados em saber o andamento do seu processo. Ao serem indagados se foram atendidos, diziam que sim, mas que ainda não tiveram retorno. A informação que as defensoras públicas que acompanhavam a equipe forneciam é que os pedidos foram encaminhados ao Judiciário, mas, por serem muitos, ainda aguardavam retorno.

Foi observada, pelo relato dos internos, a completa ausência do juiz de execução penal no interior da unidade, afirmando os mesmos que nunca tiveram contato ou receberam vista do representante do poder judiciário enquanto recolhidos no Estabelecimento prisional. Também foram constates as reclamações dos internos condenados acerca do desconhecimento do tempo de pena a ser cumprida, sendo, pois informado pela defensoria a ausência e muitas vezes a demora da emissão do atestado de pena a cumprir pelo juiz da execução (em especial da 1 vara regional de execução).

Chamou a atenção de várias reclamações de internos sobre a demora da prestação jurisdicional e marcação de audiências, bem como a morosidade da 3 vara da comarca de Olinda.

Foi relatada pela defensoria a forma ineficaz da comunicação por parte do juízo de execução das decisões de progressão de regime e livramento condicional que não eram feitas por via eletrônica e nem por oficial de justiça, sendo o advogado da Secretaria que ia as varas e tinha acesso um livro com as decisões e levava ao estabelecimento prisional e entregava ao jurídico da unidade, o que acarreta uma demora imensa no cumprimento da mesma podendo a levar mais de 10 dias para o conhecimento das decisões, contrariando já resoluções do CNJ.

O número de agentes penitenciários é inferior ao recomendado pelo CNPCP (Resolução nº 9/2009), que estabelece a proporção de um agente para 05 presos. Para se ter uma ideia da deficiência, a unidade conta com 101 agentes penitenciários na área de segurança, mas a metade trabalha no setor administrativo e o restante no plantão. Como são 04 plantões, geralmente sobram 10 a 12 agentes, por plantão, o que daria um total de mais ou menos 259 presos por agente. Além disso, o gerente da unidade informou que esse total de agentes por plantão é relativo e nunca há esse total de 10 ou 12 no plantão, pois, se têm de realizar escolta externa, esse total diminui. Em conversa com os servidores da unidade, na realidade o total de agentes no plantão é de 03 a 04, não mais do que isso.

Por esse motivo, o sistema de chaveiros torna-se quase que uma necessidade, no exercício da função de segurança interna, e, como indicado anteriormente, uma das medidas cautelares da CIDH era para a extinção dessa prática. Os presos costumam falar do mesário, representante de pavilhão, chaveiro e seus auxiliares. Geralmente, em qualquer conversa com os presos eles tendem a ficar perto, pois foram legitimados na função de disciplina e de controle dos presos. Ao contrário da gestão anterior, o sistema de chaveiros não é ignorado pela atual gestão, mas, ao que parece, encontra-se legitimada, pelo menos enquanto não se aumenta o efetivo de agentes penitenciários. Por exemplo: o coronel Clinton perguntou pelo representante de um dos pavilhões; segundo informação do coronel, o representante organiza o pavilhão, faz a limpeza, e, quando tem problema, leva para a direção. O Estado também contabiliza o representante de pavilhão como preso envolvido em atividade laboral, que, geralmente, são atividades exercidas pelos concessionados. Em um dos pavilhões os presos disseram que o chaveiro e o auxiliar estavam trabalhando conforme a lei. Foi observada frente a essa realidade a ausência de plano operacional padrão com a contagem e chamada nominal dos internos, sendo essa

contagem e informação muitas vezes efetuada pelo chaveiro, ou seja, pelos próprios internos.

Um dos agentes penitenciários do GOS que acompanhava a inspeção disse que, no sistema prisional do estado, vê dois problemas: a falta de vagas e de efetivo. Além disso, informou que são 48 agentes atuando no GOS e, até 2009, todos os agentes encontravam-se vinculados à Segurança Pública, e apenas a partir daí se submetem à Secretaria responsável pela administração do sistema penitenciário. No entanto, assegurou que a Corregedoria ainda é da Segurança. E reclamou que o Estado fornece capacete, algema e armamento, menos o uniforme.

Foi constatada a falta de padronização dos agentes, uniforme e identificação dos mesmos, tendo sido confirmado pelo representante da secretaria de Justiça o não fornecimento de uniformes e material de segurança. É, igualmente patente a ausência de plano operacional padrão para cada unidade, o que acarreta o uso de armamento letal por parte dos agentes no interior da unidade.

Durante a visita ao galpão, o conselheiro penitenciário Jorge Neves afirmou que este é o pavilhão dos drogados, mas que, paradoxalmente, segundo o coronel Clinton, os que querem largar o vício vão para esse pavilhão. Nesse pavilhão, havia um local para artesanato, onde dormiam vários presos, no meio de seus apetrechos. Fica ao lado do galpão, mas no interior do pavilhão, mas, segundo os presos que ali se encontravam, "o pessoal do artesanato saiu do local". Por isso, eles passaram a utilizar o local para dormir, devido à falta de espaço. Em quase todos os pavilhões foi verificada a presença da população LGBT na convivência.

O sanitário para a equipe de saúde não estava sendo usado. Já a assistente social e a psicóloga estavam atendendo na mesma sala, pois a sala de assistência social estava em reforma. A Enfermaria possui 07 celas, assim distribuídas: cela 1 para os cadeirantes; celas 2 e 3, para recuperação (no geral presos com a perna quebrada); cela 4 para os presos com HIV; cela 5, para os que estão com transtorno mental; cela 6 para os que estão com tuberculose; e cela 7 para os idosos. O atendimento à saúde é agravado pela superlotação e falta de efetivo. Ressalta-se, ainda, que, para a quantidade de presos na unidade, o quantitativo de profissionais da equipe técnica é insuficiente (conforme Resolução CNPCP nº 9/2009) para o atendimento da demanda. Por isso, diversos presos reclamaram da pouca frequência de médicos e dentista na unidade e da falta de medicamento.

Muitos presos também preparam a sua comida na unidade. Apesar da proibição de utilizar fogareiro, fogão ou mergulhão, os presos improvisam, colocando a panela em que preparam a comida em cima de tijolos furados. Sobre a quantidade e qualidade da alimentação, a reclamação de vários presos é de a direção não fornece mais fruta no cardápio e, nos 7 dias da semana, só servem galinha. Além disso, reclamaram que não há verdura na comida.

Presídio Frei Damião de Bozzano

Antes de adentrar a unidade, a equipe teve de esperar o chefe de segurança negociar com os presos, pois a situação estava tensa. Um dos agentes do GOS disse que os presos desta unidade "são mais folgados" do que os dos outros estabelecimentos. A unidade possui 04 pavilhões, sendo que a equipe visitou apenas um deles. Também inspecionou a enfermaria e o setor educativo. Mas, assim que a equipe foi liberada a entrar na unidade, deparou-se com os presos que, num barulho ensurdecedor, esperavam para receber a comida. A entrega desta estava sendo feita a céu aberto, sem quaisquer condições de higiene: o vasilhame contendo o arroz encontrava-se num carrinho improvisado, enquanto os outros estavam no chão. Como a comida é preparada na unidade e, por isso, não há marmiteix, os presos levam seu próprio vasilhame para receber a alimentação. Não foi verificada a presença de verduras, salada ou frutas na alimentação. Havia restos de comida no chão da unidade. Ressalta-se que há duas cozinhas, uma para

os presos, outra para os servidores. A equipe almoçou no refeitório da unidade, onde é servida a refeição para os servidores. A alimentação é diferente.

Havia colchões no pátio e, ao que parece, presos dormiam no local. E, como no PJALLB, havia lixo e esgoto a céu aberto. E também toda uma economia funcionando dentro do estabelecimento, com presos vendendo diversos tipos de produtos: ovos, paçoca, doces, massa de milho, café, jujuba, carne (sem refrigeração, mas, ao que parece, carne seca), pipoca doce, arroz, balinha, bolacha, detergente, relógio, pulseira de relógio, mochila, alicate etc.

No pavilhão que foi inspecionado pela equipe, havia diversos colchões, roupas, mochilas etc, no corredor. Foi encontrado preso dormindo apenas em um lençol. Havia presos cortando o cabelo de outros.

Alguns presos reclamaram que, durante a revista, há ação truculenta da PM (tropa de choque) e dos agentes do GOS, que os colocam na Igreja e jogam bomba nas celas. Os que fizeram tal queixam diziam, inclusive, que tal atitude era um desrespeito ao local onde realizam suas atividades religiosas. Outros reclamaram da superlotação e da falta de assistência jurídica na unidade.

Foi observado e relatado pelos internos as mesmas questões de ausência de juiz de execução, da morosidade da prestação jurisdicional e da falta de informações básicas como o atestado de pena a cumprir, bem como a forma ineficaz de comunicação por parte da autoridade judiciária das decisões e benefícios concedidos aos internos.

Presídio de Igarass

No presídio, a equipe visitou a enfermaria, o setor educativo e de trabalho, e diversos pavilhões, inclusive o destinado à população LGBT, onde eram custodiadas 19 pessoas. Nesse pavilhão havia diversas frases na parede, como: "*Respeito. Uma vida sem violência é um direito de todos*"; "*A homossexualidade não é doença, a homofobia sim*"; "*Cada um faz sua própria opção e você não tem direito de oprimi-la! Homofobia não se justifica; se combate e se destrói! Somos todos iguais*"; "*Aceitar é uma escolha. Respeitar é um dever de todos*"

Segundo o gerente da unidade, como o local está superlotado, apesar de existir local para cumprimento de custódia diferenciada, na prática havia muitos presos nos pavilhões, por falta de espaço. A superlotação, na verdade, espanta, como a verificada no pátio de banho de sol, com diversos presos sentados. Praticamente não havia espaço para se locomover. O gerador de energia, em função das gambiarras, estava supercarregado.

Da mesma forma que no PJALLB e PFDB, havia locais controlados pelos próprios presos destinados à venda de produtos. Foi possível verificar a venda de ovos, bombons, sardinha, paçoca, gilete, sabonete etc. No momento da inspeção, assim como no PFDB, presos realizavam o corte de cabelo.

Apesar de haver uma escola na unidade (Escola Estadual Dom Helder Câmara) e 06 salas de aula, o número de presos envolvidos nas atividades educacionais é muito baixo (apenas 22), para uma unidade que tem quase 4.000 presos, sendo muitos analfabetos. Por exemplo: apenas num pavilhão, foi solicitado aos presos, para facilitar, que escrevessem suas demandas num papel, e pelo menos 03 afirmaram que não sabiam ler nem escrever. E todos eles aparentemente com menos de 25 anos de idade.

Presos reclamaram que tudo na unidade é precário. Assim, reclamaram: 1º - da quantidade excessiva de presos nas celas, com alguns dormindo no chão; 2º - da inexistência de chuveiro nas celas, tendo apenas torneira; 3º - do racionamento da água, fornecida 03 vezes ao dia, por apenas 15 minutos, iniciando-se nos seguintes horários: 6h45, 11h e 17h; por isso, não tem como dar descarga, para tomar banho, precisam acumular água; 4º - devido à superlotação, o médico não consegue atender a todos os presos; 5º - que o atendimento hospitalar é apenas para casos de emergência; 6º - a qualidade da comida oferecida foi considerada péssima ("galinha crua", "feijão com muita

água”, sem tempero); alguns presos afirmaram que a comida é melhor no dia da visita, ou seja, sábado e domingo; sobre a quantidade da comida, consideraram suficiente, mas afirmaram que, se todos comerem, não dá; por isso, alguns fazem a sua própria comida, ou refazem a que é fornecida pela unidade (como cozinhar novamente o feijão e a carne); a unidade não oferece fruta; e 7º - quanto ao tratamento dado ao visitante, a reclamação foi a de que este é tratado mal por causa da demora para entrar e da revista vigorosa; não se trata da revista vexatória, que afirmaram não existir mais, mas sim a revista na alimentação que o familiar pode levar; nesse caso, afirmaram que não pode entrar fruta. Ressalta-se que um preso, com uma bolsa de colostomia, reclamou que não estava sendo atendido, mas foi verificado que o atendimento estava sendo realizado.

Salienta-se que todas as demandas de assistência jurídica (feitas no PJALLB e no Presídio de Igarassu) foram encaminhadas, ainda durante a inspeção, à defensora pública Marianna Granja para providências.

As atividades realizadas pela equipe psicossocial são: organização das visitas (são cerca de 5.000 mulheres por mês, 1.200 homens e 1.000 crianças); elaboração de pareceres e laudos (cerca de 27 por mês); atendimento aos presos (cerca de 1.800 por mês); atendimento aos familiares (cerca de 900 por mês); encaminhamento a outros setores do estabelecimento (cerca de 200 por mês); e grupos de tuberculoso, idosos e LGBT.

O setor jurídico entregou documentação (lista) contendo os seguintes dados: 1º - 27 pedidos de livramento condicional; 2º - 206 pedidos de autorização para serem transferidos para a Penitenciária Barreto Campelo; 3º - 72 pedidos para progressão de regime, do fechado para o semiaberto; 4º - 41 pedidos de autorização de transferência para o regime semiaberto; 5º - 05 autorizações para ser transferido para o regime aberto; 6º - 04 solicitações para extinção de punibilidade; e 7º - resultado do mutirão: 27 transferências para a Penitenciária Barreto Campelo, 67 progressões para o regime semiaberto e 36 livramentos condicionais. Há, ainda, a informação de que, entre 29/01/15 a 11/03/15, entraram no presídio 240 pessoas, saindo apenas 69 presos. Segundo os dados apresentados, do total de 404 condenados, 344 são *“em regime fechado, sendo 91 com direito a progressão para o regime semiaberto; 30 com direito a livramento condicional e 02 [com] direito a extinção de punibilidade pelo cumprimento integral da pena”*. Os outros 60 condenados são do *“regime semiaberto, sendo 05 com direito a progressão para o regime aberto e 02 com direito a extinção de punibilidade pelo cumprimento integral da pena”*.

Providências/ Recomendações

Tendo em vista as considerações realizadas neste relatório e as ações que estão em andamento no Estado, ou seja, considerando: 1º - as medidas cautelares da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, outorgadas em 2011; 2º - as medidas provisórias da Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, de 2014; 3º - o plano de trabalho elaborado no âmbito do Fórum de Monitoramento das Medidas Provisórias da Corte da OEA; 4º - a pactuação entre o DEPEN e o governo estadual para implementação de um conjunto de medidas para o sistema prisional pernambucano; 5º - a Recomendação nº 001/2014, do Ministério Público Estadual; 6º - a Recomendação MPF e MPPE, de 23/07/2014 sobre o uso de balaclava, capuz e de identificação dos agentes e servidores penitenciários; 7º - o pedido do MPPE e MPF para a interdição do Complexo Prisional do Curado, de 02/12/2014; 8º - as duas Ações Cíveis Públicas ajuizadas pela Defensoria Pública de Pernambuco em 2009; 9º - os acordos de cooperação técnica assinados entre o MJ e o CNJ em 09/04/15; e 10º - o que foi observado durante a inspeção e relatado na reunião realizada no auditório da Controladoria do Estado, recomendamos as medidas abaixo:

Ao Governador do Estado de Pernambuco

1. Que crie uma Ouvidoria do Sistema Penitenciário específica, nos termos da resolução nº

3/2014 – CNPCP, com estrutura adequada e autônoma, com Ouvidor (a) externo (a) e com mandato próprio, tendo em vista que a Ouvidoria existente pertence à estrutura da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos.

2. Que crie uma Corregedoria do Sistema Penitenciário específica, com estrutura adequada e autônoma, com Corregedor (a) externo (a) e com mandato próprio.
3. Que os (as) 67 defensores (as) públicos (as) aprovados (as) no concurso em andamento sejam nomeados com a urgência que o caso requer e sejam alocados de preferência nos estabelecimentos penais mais necessitados, visando ampliar as ações da Defensoria Pública em todas as fases processuais e fortalecer os núcleos voltados à execução penal.
4. Que sejam providos, através de concurso público, todos os demais cargos vagos de defensores públicos, a fim de garantir o acesso à justiça aos privados de liberdade.
5. Que, na realização de concurso público previsto para contratação de 200 agentes penitenciários para atuação no sistema prisional do estado, haja ampliação desse quantitativo, tendo em vista que, apenas para suprir o déficit existente, o Estado precisaria de, no mínimo, mais 2.200 agentes penitenciários.
6. Que intensifique o programa de monitoramento eletrônico para aos presos provisórios e do regime semi-aberto como forma de desencarceramento suprimindo a ausência de vagas, não sendo usado o monitoramento como uma política de segurança pública a exemplo da saída temporária.
7. Que reavalie o programa Pacto pela Vida, evitando a adoção de política de incentivo ao encarceramento como opção para redução de índices de criminalidade.
8. Que articule com o Conselho Nacional de Justiça, o Departamento Penitenciário Nacional, Tribunal de Justiça, Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Justiça, Defensoria Pública e Ministério Público para a implementação da Audiência de Custódia com a apresentação dos presos em flagrante, para fiscalizar a legalidade das prisões, racionalizar o uso da prisão cautelar e viabilizar de aplicação de medidas alternativas a prisão preventiva.
9. Que promova a ampliação de vagas no sistema penitenciário pernambucano.

Ao Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Corregedoria Geral de Justiça do TJ de Pernambuco

10. Que invista no processo de formação dos Juízes Criminais no sentido do uso racional da pena privativa de liberdade e da aplicação das medidas cautelares e das alternativas penais.
11. Que crie meios para garantir a celeridade e o devido processo legal nas questões criminais, diminuindo o número de presos provisórios no Estado, com o fomento da aplicação das medidas alternativas a prisão e o princípio da duração razoável do processo.
12. Que determine providências junto a 1ª vara regional de execuções penais, a fim de corrigir a morosidade na prestação jurisdicional, a ausência ou demora de na prática de atos processuais atinentes a execução tais como: a não emissão de atestado de pena a cumprir, o cálculo de pena, demora na análise de benefícios aos internos, condicionamento de análise de benefício à prisão e a não intimação da defensoria pública.

13. Que determine providências junto a 3ª vara criminal de Olinda e a vara criminal do Cabo de Santo Agostinho, a fim de corrigir a morosidade na prestação jurisdicional do processo de conhecimento.
14. Que dote as varas criminais e as de execução (em especial a 1 vara de execuções) de estrutura física e de pessoal, bem como estabeleça forma eficaz de comunicação dos atos e decisões judiciais, de preferência, por meio eletrônico ou malote digital, dando celeridade no cumprimento das decisões.
15. Que os alvarás de solturas sejam cumpridos imediatamente a ordem judicial e por ato do poder judiciário, em virtude da constatação da deficiência e demora da comunicação.
16. Que oriente os juízes da execução penal sobre a importância da política de controle e participação social no sistema de execução penal, para que busquem criar conselhos da comunidade nas comarcas onde não existam e que os fortaleçam jurídica, social e financeiramente, conforme medida 8 do Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária do CNPCP.
17. Que fiscalize e determine o comparecimento do juiz da execução responsável pela corregedoria de presídios aos estabelecimentos penitenciários e promova a audiência justificativa e oitiva com os internos no interior da unidade.
18. Que crie e estabeleça rotinas para o comparecimento dos juízes criminais do conhecimento às unidades prisionais.
19. Que oriente os magistrados a fiscalizar, juntos aos cartórios dos seus órgãos jurisdicionais, a célere expedição da carta de guia, criando mecanismo de sanção administrativa para a não expedição em tempo hábil das mesmas.
20. Que seja cumprida a resolução n.113 do CNJ no tocante a autuação em separado dos incidentes de execução.
21. Que seja criada uma nova vara de execução penal com a redistribuição dos processos da primeira vara.

Ao Secretário de Estado da Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco e Secretário Executivo de Ressocialização

22. Que forneça uniforme aos agentes e providencie, no prazo de 180 dias, a identificação de todos os agentes penitenciários em seus uniformes e por meio de crachá.
23. Que estabeleça controle do uso de armas e munições, com documentação de disparos e respectivas justificativas, bem como que capacite continuamente os servidores para o uso progressivo da força, substituindo o uso de armas letais por menos letais.
24. Que oriente os agentes penitenciários e policiais militares que atuam no sistema prisional sobre a necessidade de observância da Portaria Interministerial SDH/MJ nº 4.226 de 2010.
25. Que continue a desenvolver e amplie políticas de oferta de postos de trabalho aos presos do sistema penitenciário do estado, em conformidade com a Lei de Execução Penal, não deixando de enviar, de ofício, na forma da LEP ao judiciário a respectiva comprovação para fins de remição.
26. Que continue a desenvolver políticas de ampliação das vagas de educação onde estas já existem, e que as forneçam nas unidades onde não existem, em conformidade com o

Plano Estratégico de Educação do Sistema Prisional (Decreto nº 7.626/2011), em parceria com as Secretarias Estadual e Municipal de Educação, não deixando de enviar, de ofício, ao judiciário a respectiva comprovação para fins de remição.

27. Que oriente a direção do Presídio de Igarassu e Presídio Frei Damião de Bozano sobre a necessidade de se providenciar um acesso maior dos presos à água potável no estabelecimento.
28. Que crie um programa de fornecimento, especialmente às Cadeias Públicas, acompanhamento da qualidade e quantidade, bem como da distribuição da alimentação aos reeducandos, fiscalizando através de nutricionistas, observado o aporte nutricional adequado, e garantindo a utilização de utensílios próprios para a população carcerária.
29. Que crie uma política de alternativas penais, criando e intensificando as centrais de execução de penas alternativas e aplicação de medidas cautelares, também, pela capacitação e contratação dos técnicos para a aplicação das medidas alternativas, em especial, junto às Audiências de Custódia.
30. Que rearticule o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, bem como o mecanismo de prevenção e combate a tortura, conforme disposições da Lei nº 12.847/2013, assim como o Conselho Estadual de Direitos Humanos.
31. Que implante o programa de manutenção continuada e de reforma dos estabelecimentos penais, em especial do Complexo Prisional do Curado, atentando-se especificamente para as situações irregulares dos pavilhões 2, 4, 9 e 12 do PJALLB, os barracos externos, as celas de presos regalias etc, dando fim ao processo de favelização das unidades prisionais.
32. Que proceda ao controle da comercialização diversificada de produtos que há no Complexo do Curado e no Presídio de Igarassu, assim como em outros estabelecimentos penais onde esta exista, impedindo a entrada e a circulação do dinheiro em espécie.
33. Que proíba a existência de internos com funções de segurança, disciplina e controle interno, sejam eles intitulados chaveiros, mesários ou representantes.
34. Que implemente ações contra incêndio e pânico em todo o Complexo do Curado, com participação do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Pernambuco.
35. Que proceda a um armazenamento e recolhimento adequados do lixo no Complexo Prisional do Curado e as demais unidades do Estado.
36. Que adote procedimentos emergenciais para fornecimento de assistência material aos presos dos estabelecimentos penais do Estado, garantindo periodicamente artigos de higiene pessoal e de limpeza, colchões, calçados e vestuário.
37. Que mantenha lista atualizada nominal de presos nas unidades penitenciárias e que realiza a contagem nominal sistemática dos internos.
38. Que com a participação dos internos e servidores do sistema possa criar e estabelecer plano operacional padrão para cada unidade do sistema penitenciário.
39. Que intensifique e agilize a política de ampliação e construção de novas vagas em todo o Estado de Pernambuco.
40. Que sejam cumpridas a constituição e as decisões do STF no sentido de garantir que o acesso à justiça prestado pelo Estado seja via Defensoria Pública, devendo os advogados terceirizados contratados pela administração penitenciárias ficarem

subordinados a Defensoria Pública, via convênio.

41. Que seja uniformizado o sistema de prontuário dos internos com o correto arquivamento das informações atualizadas e decisões sobre o mesmo, bem como que no campo eletrônico seja aperfeiçoado o SIC.
42. Que as violações, oriundas do monitoramento eletrônico, sejam comunicadas ao Juiz responsável não existindo recolhimento do interno sem a respectiva decisão judicial.
43. Que seja criado estabelecimento penitenciário para abrigar o regime semi-aberto feminino.
44. Que regularize formalmente todas as unidades penitenciárias do estado, em especial as colônias penais femininas.
45. Que fortaleça o Conselho Penitenciário de Pernambuco, fornecendo estrutura material e humana.

Ao Presidente do Tribunal de Justiça e ao Secretário Executivo de Ressocialização

46. Que se articulem com o Conselho Nacional de Justiça e o Departamento Penitenciário Nacional para a implementação da Audiência de Custódia com a apresentação dos presos em flagrante, para fiscalizar a legalidade das prisões, racionalizar o uso da prisão cautelar e viabilizar de aplicação de medidas alternativas a prisão preventiva.

Ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania e ao Secretário de Saúde

47. Que implante e implemente a política nacional de atenção integral à saúde das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional (PNAISP), no estado de Pernambuco e especial no complexo do curado, alocando equipes de saúde nas unidades básicas de saúde no sistema prisional.
48. Que intensifiquem com aquisição e manutenção de equipamentos, material de consumo para assistência a saúde dos internos.
49. Que seja acionada a vigilância sanitária para inspeção dos espaços de saúde, cozinha e vivência para emissão de laudos técnicos das unidades prisionais do estado, cujos laudos deverão ser remetidos ao CNPCP.
50. Que seja implantado o serviço de avaliação e acompanhamento de medidas terapêuticas aplicáveis à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei (Portaria MS nº94/2014) com vistas às estratégias de desinstitucionalização e fechamento da "porta de entrada" do HCTP de Itamaracá.

Ao Defensor Público Geral de Pernambuco

51. Que fortaleça os órgãos de atuação da Defensoria pública em execução penal e junto a justiça criminal dotando-os de estrutura física, material e pessoal.
52. Que garanta a presença de defensores públicos dentro das unidades penitenciárias, com a criação de grade de apoio técnico, comprometendo-se a lotar parte dos defensores aprovados no último concurso nas unidades penitenciárias e na execução penal.

53. Que trabalhe em Parceria com o Poder Judiciário, executivo e com o Ministério Público pela implantação da audiência de custódia no Estado de Pernambuco.

Ao Ministério Público do Estado de Pernambuco

54. Que fiscalize e garanta a visita dos promotores da execução penal aos estabelecimentos penitenciários com a concretização do dialogo com a população carcerária.

55. Que trabalhe para contribuir pelo fim da morosidade da prestação jurisdicional, dando celeridade aos atos ministeriais e fiscalizando a garantia da efetividade do princípio da duração razoável do processo.

56. Que fomente junto aos órgãos ministeriais a necessidade da aplicação das medidas alternativas ao encarceramento, principalmente com o fortalecimento da aplicação das medidas cautelares alternativas a prisão preventiva (provisória).

57. Que trabalhe em Parceria com o Poder Judiciário, executivo e com a Defensoria Pública pela implantação da audiência de custódia no Estado de Pernambuco.

58. Que fomente o uso do monitoramento eletrônico como uma medida alternativa ao encarceramento, em especial ao preso provisório e ao preso no semiaberto.

Remeta-se cópia deste relatório a todas os órgãos de execução penal, bem como ao Conselho Nacional de Justiça e à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

10. ANEXOS

Anexo 1 – Registro Fotográfico

Anexo 2 – Relatório de inspeção em estabelecimentos penais: Presídio ASP Marcelo Francisco de Araújo

Anexo 3 – Relatório de inspeção em estabelecimentos penais: Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico

Anexo 4 – Relatório de inspeção em estabelecimentos penais: Penitenciária Prof. Barreto Campelo

Anexo 5 – Relatório de inspeção em estabelecimentos penais: Penitenciária Agroindustrial São João

Anexo 6 – Relatório de inspeção em estabelecimentos penais: Colônia Penal Feminina de Recife

Anexo 7 – Relatório de inspeção em estabelecimentos penais: Penitenciária Juiz Plácido de Souza

Anexo 8 – Relatório de inspeção em estabelecimentos penais: Centro de Observação Criminológica e Triagem Prof. Everardo Luna

Anexo 9 – Relatório de inspeção em estabelecimentos penais: Presídio Desembargador Augusto Duque

Anexo 10 – Relatório de inspeção em estabelecimentos penais: Penitenciária Doutor Edvaldo Gomes

Anexo 11 – Relatório de inspeção em estabelecimentos penais: Presídio Advogado Brito Alves

- Anexo 12 – Relatório de inspeção em estabelecimentos penais: Colônia Penal Feminina de Buíque
- Anexo 13 – Relatório de inspeção em estabelecimentos penais: Presídio de Vitória de Santo Antão
- Anexo 14 – Relatório de inspeção em estabelecimentos penais: Centro de Ressocialização do Agreste
- Anexo 15 – Relatório de inspeção em estabelecimentos penais: Presídio Dr. Rorinildo da Rocha Leão
- Anexo 16 – Relatório de inspeção em estabelecimentos penais: Presídio de Salgueiro
- Anexo 17 – Relatório de inspeção em estabelecimentos penais: Penitenciária Dr. Ênio Pessoa Guerra
- Anexo 18 – Questionário Ministério Público: 19ª PJCC com atuação na 2ª VEP;
- Anexo 19 – Questionário Ministério Público: 21ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital (Execuções penais)
- Anexo 20 – Questionário Ministério Público: Caruaru/PE
- Anexo 21 - Recomendação nº 001/2014, de 09/06/2014, da 21ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital
- Anexo 22 – Recomendação do Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual, de 23/07/2014
- Anexo 23 – Pedido de interdição do Complexo Prisional do Curado, de 02/12/2014, realizado pela 21ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital
- Anexo 24 – Resultado do mutirão (12/03/15) – Presídio de Igarassu
- Anexo 25 – Solicitação da extinção de punibilidade – Presídio de Igarassu
- Anexo 26 – Autorização para ser transferido para o regime aberto – Presídio de Igarassu
- Anexo 27 – Pedidos de autorização de transferência para o semiaberto – Presídio de Igarassu
- Anexo 28 – Progressões do regime fechado para o semiaberto – Presídio de Igarassu
- Anexo 29 – Pedidos de autorização para serem transferidos para PPBC – Presídio de Igarassu
- Anexo 30 – Pedido de livramento condicional – Presídio de Igarassu
- Anexo 31 – Atividades desenvolvidas pela equipe psicossocial do Presídio de Igarassu
- Anexo 32 – Convênio Ondunorte – Presídio de Igarassu
- Anexo 33 – Serviços realizados no Centro de Saúde do Presídio de Igarassu
- Anexo 34 – Relatório da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco